

GT 09 – Americanismo, trabalho e educação

Coordenador: Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa (CEFET-MG). Assistente: Me. Maxwell Ferreira da Silva (CEFET-MG)

Ementa: Abordagens teóricas ou empíricas sobre modernidade, modernismos e modernização (Europa) versus americanidade, americanismos e americanização (Estados Unidos da América): diferenças culturais, econômicas, políticas, sociais entre o velho e o novo mundo. Repercussões do americanismo no Brasil: na industrialização do século XX, na cultura de massas, na religião e na religiosidade, nas instituições educativas, nos meios de comunicação, na cultura empresarial, na ciência, nos comportamentos sociais e individuais, nos hábitos alimentares, no vestuário, na arquitetura e outros. Relações tácitas e contratuais entre os Estados Unidos da América e a República Federativa do Brasil. Presenças do americanismo na educação escolar brasileira. Americanismo e Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Apresentação Oral

Antonio Luiz Fernandes da Silva; José Geraldo Pedrosa
O telefone celular e a crise na educação: conflito entre gerações

Fernanda Godinho de Souza Aguiar; José Geraldo Pedrosa
Fernando de Azevedo (1894-1974) e a história da educação profissional brasileira

Flávio Giarola
Representações dos Estados Unidos e a propaganda republicana nas páginas do jornal A Pátria Mineira (São João Del-Rei, 1889)

Naiara Ramos; José Geraldo Pedrosa
Educação Profissional e referências anglo-americanas no pensamento de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971

O TELEFONE CEULAR E A CRISE NA EDUCAÇÃO: CONFLITO ENTRE GERAÇÕES

doi: 10.47930/1980-685X.2020.0901

SILVA, Antonio Luiz Fernandes¹ – docs.antonio@gmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Av. Amazonas, 277, AP. 401, Centro, CEP 35.500-028 – Divinópolis – Minas Gerais - Brasil

PEDROSA, José Geraldo² – jgpedrosa@uol.com.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Departamento de Formação Geral

Rua Salinas, 206, AP. 904, Vila Cruzeiro, CEP 35.500-020 – Divinópolis – Minas Gerais – Brasil

***Resumo:** Este artigo é resultado de minhas pesquisas para o mestrado em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. O estudo situa-se no âmbito do NAAAB (Narrativas e Apropriações Anglo-americanas no Brasil), um grupo de estudos e pesquisas que tem como uma de suas linhas o estudo de autores de diferentes origens geográficas que produziram obras contendo elaborações sobre as relações entre europeísmo e americanismo, sobre as relações entre americanidade e modernidade ou sobre o status da cultura americana no âmbito da civilização ocidental. O artigo é resultado de uma análise dos estudos teóricos do educador estadunidense Marc Prensky, especificamente, no que diz respeito aos nativos digitais, as crianças nascidas a partir das décadas de 80 e 90. Prensky (2001) afirma que os nativos digitais apresentam mais familiaridade com o universo digital do que aqueles nascidos em décadas anteriores. A partir disso, este artigo busca analisar se a presença dos telefones celulares nas salas de aula, em vista do conflito geracional existente entre os nativos digitais e seus professores, agrava a crise na educação, descrita por Hanna Arendt, autora alemã erradicada nos Estados Unidos, decorrente da crise na autoridade.*

***Palavras-chave:** Telefone Celular. Sala de aula. Autoridade. Ensino. Aprendizagem*

¹¹ Graduação em Letras (ISED/FUNEDI/UEMG); mestrando em Educação Tecnológica (CEFET-MG).

²² Graduação em Ciências Sociais (INESP); doutorado em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP).

1 INTRODUÇÃO

Desinteresse, falta de atenção, evasão escolar. Professores cada vez mais estressados e alunos entediados. Segundo Valadão (2018), os casos de afastamento de docentes devido ao estresse aumentaram 38% entre 2015 e 2018. Enquanto isso, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, 40% dos jovens entre 14 e 17 anos abandonam a escola porque a consideram um ambiente desinteressante (FGV, 2009). Para Kupfer (1995, p. 79), “... o processo de aprendizagem depende da razão que motiva a busca de conhecimento”, ressaltando o motivo que o faz ser importante. Provocar os estudantes para que eles sintam vontade de aprender, criar o interesse e estimular a aprendizagem torna-se um desafio, uma vez que a aprendizagem só se inicia com a mobilização dos sentidos do aluno, ou seja, da atenção.

Por isso, as escolas, em geral, foram idealizadas seguindo o modelo panóptico de Bentham (2008, p.74). Esse que ficou conhecido como modelo da arquitetura do controle, imaginado para prisões e para outros ambientes de vigilância ou punição: escolas, fábricas, asilos e outras instituições, “instrumentalizando-as a exercerem um conceito de vigilância permanente, sem pontos cegos”. O panóptico se resume na obsessão pela visibilidade total. No modelo de escola que temos hoje, o professor fica na frente da sala de aula, às vezes em um patamar mais elevado, permitindo a ele ter uma visão de cima da classe. Esse é um modelo clássico do panoptismo. Essa vigilância, em tese, ocorre para evitar que o aluno desvie sua atenção das atividades propostas e não tenha sua aprendizagem prejudicada.

Hannah Arendt (1988), filósofa alemã radicada nos Estados Unidos da América, fez uma série de publicações da cultura, da educação e da escola. A autora configura o ato de ensinar como um processo de conservadorismo, no sentido de conservação, porque, segundo ela, “(...) conservar faz parte da essência da atividade educacional, cuja tarefa é sempre abrigar e proteger de alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo” (ARENDR, 1988, p.242). Sob essa óptica, compreende-se que a aplicação do modelo panóptico no ambiente escolar tem o objetivo de proteger o estudante de influências externas, do mundo, de modo que ele esteja focado nos conteúdos ali ministrados.

Na cena contemporânea, há vários fatores que contribuem para a dispersão da atenção dos alunos. Um desses fatores é a generalização do telefone celular entre os jovens e a consequente presença desses aparelhos nas salas de aula. A pesquisa Tic Kids realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR, 2015), através do Centro Regional de Estudos

para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR, 2015), indicou que o telefone celular é o meio de acesso à internet mais usado pelos brasileiros que têm menos de 18 anos. (CGI.BR, 2015). Essa informação é apenas parte de uma abrangência ainda maior dos telefones celulares.

De acordo com a 29ª Pesquisa Anual de Administração e Uso da tecnologia da Informação nas Empresas (MEIRELLES, 2018, p. 8), “o Brasil tem, atualmente, 220 milhões de telefones celulares em atividade”. Mais de um celular por habitante. Segundo Torres (2009, p.393), esses aparelhos são definidos como inteligentes porque são “telefones celulares que oferecem recursos avançados similares aos de um computador portátil”.

Além disso, a pesquisa Geração Conectada (Datafolha, 2015) revelou que os jovens brasileiros ficam, em média, 9 horas por dia conectados à internet por meio de seus telefones celulares, isso inclui o tempo que passam dentro da escola. O filósofo Pierre Lévy, estudioso da cultura virtual contemporânea, afirma que o professor deve se tornar um “animador” da inteligência coletiva dos grupos de estudantes. As tecnologias da informação e comunicação devem ser por eles utilizadas centralizando a atividade no intuito de acompanhar e administrar os aprendizados, incitando “a mediação relacional e simbólica e a pilotagem personalizada dos percursos de aprendizagem etc.” Para o autor, é importante o uso de ferramentas tecnológicas para ensinar e aprender, a exemplo, do ensino a distância, já que paralelo à crescente demanda por educação no mundo, existe uma limitação na quantidade de professores. (LÉVY, 1999, p. 171). 65% dos professores de áreas urbanas no Brasil usam tecnologia em suas disciplinas, segundo a Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras (CETIC.BR, 2019). No entanto, ainda de acordo com essa pesquisa, apenas 48% dos professores entrevistados tiveram, ao longo de sua formação docente, ao menos uma disciplina que os orientasse acerca do uso de tecnologias na sala de aula. Além disso, apenas 30% dos docentes brasileiros afirmaram ter feito algum tipo de curso que configure formação continuada para uso de tecnologias em sala de aula.

Diante dos dados, pode-se afirmar que, apesar de os professores fazerem parte de uma população que possui e usa ativamente o telefone celular, eles não têm preparação para usá-lo como ferramenta educacional. Boa parte dos professores resistem ao uso do telefone celular em sala de aula, assim como resiste ao uso de outras tecnologias modernas. Segundo Takahashi e Ampudia (2019), isso ocorre porque os professores tendem a repetir, em suas aulas, as mesmas estratégias educacionais pelas quais aprenderam os conteúdos a serem

trabalhados. Como vimos, nem na graduação esses professores tiveram acesso a práticas de ensino que valorizem o uso do telefone celular.

O resultado desse cenário é que boa parte das salas de aula se configuram como um ambiente *offline*. Isso ocorre porque o aparelho celular, assim como outros aparelhos eletrônicos, é visto por parte dos profissionais da educação e da sociedade como adversário dos processos de ensino e de aprendizagem, por ser considerado como algo que gera a dispersão da atenção às aulas e por contribuir para que a autoridade do professor seja questionada (MORANDO, 2015).

2 CONFLITO ENTRE GERAÇÕES

Segundo Prensky (2001), educador estadunidense, é possível afirmar que a crise que afeta a educação, tanto nos EUA, como no resto das sociedades do planeta, é resultado do conflito que ocorre em decorrência do contato de estudantes nascidos depois das décadas de 80 e 90, chamados por ele de nativos digitais e as instituições de ensino, classificadas por ele como rígidas, ultrapassadas e analógicas.

O autor ainda utiliza de uma analogia para se fazer entender. Prensky (2001) se vale do fato de o aprendizado de um idioma ser uma atividade muito mais fácil para uma criança do que para um adulto para afirmar que a apropriação das tecnologias, inclusive do telefone celular, ocorre através da socialização, imersos no ambiente digital e isso, assim como um idioma, se consolida nos cérebros infantis e adolescentes. Enquanto isso, assim como um novo idioma é mais difícil para um adulto, o educador afirma que o professor, a autoridade das salas de aula, repletas de nativos digitais, não participa desse processo porque, por estar já na fase adulta, terá outras estruturas cerebrais ativadas. Para Prensky (2001), então, a sala de aula reúne duas gerações diferentes, que falam “línguas” diferentes e não se entendem.

Com base no raciocínio de Prensky (2001), Mattar (2010) afirma que o contato nativo com as tecnologias modernas e com o telefone celular faz com que os estudantes da atualidade sejam capazes de desenvolver muitas tarefas ao mesmo tempo e, por isso, aprendem de maneira diferente em relação às pessoas que nasceram antes das décadas de 80 e 90. De acordo com a pesquisa Geração Joystick, feita pelo Grupo Foco em 2005 e que contou com a participação de mais de vinte mil jovens que tinham entre 18 e 25 anos de todas as regiões do Brasil, Lemos (2009) afirma que:

Os sujeitos que nasceram imersos no mundo digital interagem simultaneamente com as diferentes mídias, isto é, ouvem música, jogam videogames, veem DVD, conversam com os amigos nos softwares de comunicação instantânea ou em telefones, fazem as atividades escolares, tudo isso ao mesmo tempo. (LEMOS, 2009, p.7).

Prensky (2009), afirma, ainda, que os professores agem com ceticismo ao não admitir que possa ser possível aprender coisas úteis por meio da TV, dos *videogames*, do computador e dos telefones celulares. É inconcebível para esses profissionais que seus alunos prefiram interpretar ilustrações a ler um texto, prefiram dedicar horas a jogos virtuais a fazer as tarefas escolares. As escolas não se adequaram a essa nova geração e os professores insistem em ler livros, em aulas expositivas e que parecem manuais de instrução, distribuindo as informações pouco a pouco. Os alunos, ainda segundo o autor, desdenham da aula porque suas fontes digitais de informação, principalmente, o telefone celular, na atualidade, fornece as informações todas de uma vez e, para eles, assim é melhor.

Assim, pode-se afirmar que ao desdenhar da aula e dos métodos utilizados pelo professor, o aluno coloca em xeque, também, a autoridade que o professor representa. O conflito de gerações pode desencadear, ainda, problemas em relação à manutenção da disciplina dentro da sala de aula e, conseqüentemente, ao desgaste físico e emocional do professor e ao desinteresse dos alunos.

3 AUTORIDADE NA MODERNIDADE

Para Hannah Arendt (2009), os embates envolvendo gerações não têm nada a ver com o surgimento das tecnologias digitais e muito menos com os telefones celulares, inclusive porque ela morreu em 1975, muito antes de a internet existir, por exemplo. Apesar de as tecnologias digitais não terem surgido em 1957, nesse ano, ela publicou o artigo “Crise na Educação”, parte de suas reflexões acerca da Modernidade.

Para Arendt (2009), o advento da Modernidade deu origem ao conflito entre gerações que, por sua vez, teve como resultado a crise na educação. Se, atualmente, para alguns, o telefone celular tira a atenção e coloca em risco a autoridade do professor em sala de aula, a autora vai além das salas de aula e busca analisar o conflito de maneira mais ampla, socialmente. Para ela, o advento da Modernidade significou uma ruptura nas relações familiares. Até então, os antepassados, os mais velhos, eram referência de comportamento para as novas gerações. A Modernidade faz com que as pessoas rompessem seu vínculo com as tradições, uma vez que a

emancipação política democrática prega que todos são iguais e têm voz, então, ao invés de apenas escutar o mais velho, o jovem vai querer dialogar, se fazer ouvido também. Somado a isso, ainda há o fato de a Modernidade ter trazido consigo um modelo econômico voltado para a produção e o consumo em massa. Para incentivar a compra desenfreada de tudo que é produzido, a Modernidade criou um imaginário social que supervaloriza o novo e despreza tudo que é velho, refletindo na maneira pela qual os mais velhos são encarados pela sociedade. A Modernidade trouxe, ainda, a urbanização. Os jovens da Idade Moderna passaram a se mudar para as cidades para estudar e trabalhar, deixaram para trás, no campo, suas antigas referências de comportamento.

A autora afirma que, embora essas mudanças tenham ocorrido na esfera familiar, suas consequências se estenderam e se tornaram algo de proporção mundial. Arendt (2009) explica que o rompimento das tradições não colocou em descrédito apenas as autoridades familiares, mas isso afetou todo tipo de autoridade, inclusive aquela existente entre professores e alunos. Com isso, as novas gerações se tornaram passíveis da tirania de seu próprio grupo e suscetíveis a adotarem ideologias totalitárias:

A perda geral da autoridade, de fato, não poderia encontrar expressão mais radical do que sua intrusão na esfera pré-política, em que a autoridade parecia ser ditada pela própria natureza e independer de todas as mudanças históricas e condições políticas. O homem moderno, por outro lado, não poderia encontrar nenhuma expressão mais clara para a sua insatisfação com o mundo, para seu desgosto com o estado das coisas, que a sua recusa para assumir, em relação às crianças, a responsabilidade por tudo isso. É como se os pais dissessem todos os dias: - Nesse mundo, mesmo nós não estamos muito a salvo em casa; como se movimentar nele, o que saber, que habilidades dominar, tudo isso também são mistérios para nós. Vocês devem tentar entender isso do jeito que puderem; em todo caso, vocês não têm direito de exigir satisfações. Somos inocentes, lavamos as nossas mãos por vocês. (ARENDR, 2009, p.241-242).

4 RELAÇÃO ENTRE ALUNO E PROFESSOR

O fato de a crise da modernidade fragilizar a autoridade nas relações sociais faz com que a figura do professor como “aquele que sabe mais, que é mais competente, deixe de existir” (ARENDR, 2005, p.6).

Dayrell (2007) afirma que, atualmente, há uma separação dos papéis atribuídos à sociedade e à escola. A segunda, nesse contexto, deveria ensinar ao aluno valores e normas universais. “Ser estudante” antes da emancipação causada pela chegada das tecnologias digitais era aprender, segundo o autor, a ser disciplinado, obediente, pontuais e eficientes. A escola, até

ali, formava mão de obra para o mercado de trabalho. Ainda de acordo com o autor, o aluno, de uns tempos para cá, passou a levar sua natureza juvenil para a sala de aula, a escola deixou de ser um ambiente em que o jovem se anulava e passou a ser uma extensão de seu mundo particular.

Com o declínio da autoridade da família patriarcal, para Castells et al (2007), os jovens passaram a ser independentes intelectuais e comportamentais mais cedo, dependendo de suas famílias quase que apenas financeiramente, buscando autonomia. Os autores afirmam que o telefone celular tem sido uma das mais importantes ferramentas de manutenção das relações juvenis. Segundo eles, o telefone celular permite, através das redes sociais, principalmente, que os comportamentos dos jovens estejam sempre alinhados e isso aumenta a intimidade entre eles

Conforme Gauthier e Gauthier (2001, p.83), “(...) os alunos não são conformistas, em relação às ideias recebidas, mas buscam os saberes profundos e misteriosos”. Antes do advento da telefonia móvel, o professor era a principal fonte de saber disponível na sala de aula. Na atualidade, no entanto, em poucos segundos, o aluno pode, através de seu telefone, acessar à internet e pesquisar sobre o assunto discutido na aula e formular perguntas que vão além dos itens expostos pelo docente. Além de confrontar a autoridade do professor, essa situação expõe outro fato que ocorre no âmbito da crise da educação: a formação dos educadores. Isso faz com que, frequentemente, o aluno tenha, na sala de aula, recursos para aumentar sua margem de informações sobre o assunto a ser tratado e, assim, se aproximar da margem do professor (ARENDDT, 2005, p.6). Isso ocorre porque o aluno lança mão do celular para buscar informações sobre o assunto tratado pelo professor. Com o auxílio da conectividade propiciada pelo uso do telefone celular, os alunos, então, fazem suas pesquisas e, ao invés de aceitar o conteúdo exposto pelo professor, eles comparam a exposição do professor com os resultados das pesquisas virtuais e chegam a considerações sobre a utilidade daquele assunto para suas vidas, de acordo, também com seu conhecimento prévio. Eles não chegam à escola desprovidos de conhecimentos e informações. O celular aumenta a quantidade de informações e de conhecimento que os alunos levam para as aulas. Assim, ao serem expostos a novas ideias e conceitos, os estudantes verificam a utilidade dessas informações diante de seu conhecimento prévio. O aluno tem, então, uma fonte virtual que traz conteúdo sintetizado, atualizado e simplificado sobre o objeto de estudo daquela aula e sobre outros assuntos correlatos, ou não, que despertem seu interesse. Isso já é suficiente para trazer problemas à

autoridade de professores que se apegam ao conteúdo de aula de maneira rigorosa. Segundo Charlot (2001),

[Os estudantes] já construíram relações com “o aprender”, com aquilo que significa aprender, com as razões pelas quais vale a pena aprender, com aqueles que lhes ensinam as coisas da vida. Portanto, sua(s) relação(ões) com o(s) saber(es) que eles encontram na escola, e sua(s) relação(ões) com a própria escola não se constroem a partir do nada, mas a partir de relações com o aprender que eles já construíram. Não se vai à escola para aprender, mas para continuar a aprender (CHARLOT, 2001a, p.149).

Sob essa óptica, é preciso, ainda, levar em consideração dois elementos demonstrados por Charlot (2001) em relação ao ensino. Em primeiro lugar, a escola não é o lugar em que o aprendizado começa, mas, o local em que ele continua. O indivíduo chega à sala de aula com saberes e conceitos aprendidos desde os primeiros anos de vida. O segundo elemento a ser considerado é que o aprendizado se relaciona com outros sujeitos, aqueles que lhes ensinam as coisas. Ambos os elementos levam à reflexão do papel do professor e do ensino em sala de aula.

5 O TELEFONE CELULAR E A SALA DE AULA

Aprendizagem mecânica, estrutura panóptica, encarar a tecnologia como adversária da aprendizagem. Esses fatores combinados fazem da aula algo desinteressante para os alunos. Isso ocorre porque os telefones celulares funcionam como uma janela, uma válvula de escape do ambiente por vezes monótono e desinteressante da sala de aula. O aluno se vê em um lugar e numa condição anacrônica. Fora da sala de aula, ele está a um clique de toda a informação disponível no mundo, conectado a pessoas que podem estar a centenas de quilômetros de distância, mas ao chegar à sua carteira escolar não pode sequer falar com o colega que se senta ao seu lado, ou então, comentar como sua experiência de vida o faz opinar sobre um determinado assunto.

O telefone celular, por estar diretamente ligado a funções agradáveis ou que distraem como conversas informais e jogos, pode ser visto apenas como um objeto de lazer. Dumazedier (1973, p.34) define lazer como “as atividades às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações familiares, profissionais e sociais”. A estrutura organizacional, a cultura docente e a didática que regem o

sistema escolar dificultam que a escola seja encarada como um local prazeroso, não há lazer entre os muros da escola, ela continua a funcionar tentando evitar que o mundo externo penetre suas dependências. Segundo Pedrosa (2017):

Dumazedier refere-se aos impactos que essa ampliação do tempo livre apresenta para a vida escolar, para a representação que o indivíduo tem sobre o tempo de vida dedicado às atividades escolares. Neste caso, o que a empiria de Dumazedier constata é o crescimento cada vez maior da parcela de alunos “não integrados” ao tempo escolar. Assim, as crianças e os jovens tendem cada vez mais a identificar o prazer e a felicidade individuais com as atividades de lazer, com o tempo fora da escola. O tempo livre ou o tempo de lazer tornar-se-iam cada vez mais atraentes para os indivíduos e isso traz implicações sobre o envolvimento e a dedicação para com as atividades da vida escolar. Isso (...) se faz presente nas salas de aula das escolas: cresce a recusa e a parcela de alunos integrados tem sido cada vez menor (PEDROSA, 2017, p.3).

Os telefones celulares podem levar os alunos a momentos prazerosos, mesmo estando na escola. Isso faz com que muitos vejam esses aparelhos como inimigos da atividade de ensinar já que, segundo eles, o lazer pode ser encarado como algo que compromete a atenção e o processo de aprendizagem. Porém, nos tempos hodiernos, os jovens dão papel especial a aos telefones celulares em suas vidas.

Os jovens têm encontrado no uso dos telefones celulares um espaço de independência do mundo adulto, que acelera uma pretensa maioridade, independente da sua classe social e da variedade de modelos desse suporte, uma vez que todas as classes sociais portam celulares, dos mais simples aos mais sofisticados e tecnologicamente avançados. A finalidade justificada para a sua grande utilização é a de que o contato entre pais e filhos requer mais cuidado, atenção e proximidade no cotidiano. A maior parte dos jovens diz que não pode deixar de valer-se desse instrumento de comunicação tecnológica, uma vez que seu uso é a melhor forma de ter e manter amigos com os quais estabelecem relações que se caracterizam pela troca de conselhos, desabafos, ideias, informações do momento que estão vivendo. Usam também como artifício para as atividades próprias de cada faixa etária, pois resguardam-se de qualquer interferência dos adultos (JUNQUER; CORTEZ. 2010, p.61).

Quarenta e nove por cento (49%) dos jovens brasileiros que têm entre 16 e 20 anos consideram o telefone celular seu melhor amigo (ETCOFF, 2018). Faz-se necessário, portanto, compreender como esses dispositivos interferem na vida escolar desses indivíduos para os quais, além de utilidade, eles também oferecem uma relação afetuosa.

Para os autores Pauly & Vivian (2012), há educadores que encaram a tecnologia digital na escola de maneira otimista. Isso porque, principalmente, as escolas públicas, são carentes de

vários recursos tecnológicos, como laboratórios, recursos audiovisuais e acesso à internet. Muitas dessas necessidades podem ser sanadas através do telefone celular que, por sua vez, está nas mãos dos estudantes. Para os autores, isso deveria ser explorado de maneira a melhorar a qualidade do ensino.

Devido ao fato de os professores, em sua formação, não terem tido informações sobre como usar as tecnologias digitais, principalmente o telefone celular, em sala de aula, os telefones celulares são encarados como vilões e muitos estados brasileiros já possuem leis que baniram os telefones celulares das salas de aula.

Em 2018, a discussão se acirrou devido à aprovação de uma lei, na França, que proíbe o uso de aparelhos celulares e outros dispositivos digitais portáteis nas escolas. Ao chegar à instituição de ensino, os estudantes terão de desligar seus dispositivos móveis, sejam celulares ou *tablets*. A medida diz respeito às escolas primárias e secundárias, que acolhem crianças de até 15 anos. Já nos centros educacionais para estudantes entre 15 e 18 anos, cada instituição poderá decidir se adota a medida ou não, ou se a toma de forma parcial ou total.

A escolarização dos telefones celulares não resolverá os problemas relacionados à crise enfrentada pelo sistema educacional. Porém, é possível que a inserção desses aparelhos no ambiente escolar possa fazer com que as aulas, talvez, sejam mais interessantes. Por isso, as reflexões acerca da presença das tecnologias móveis em sala de aula fizeram com que fosse publicado um guia³ pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2013), que reúne recomendações políticas para auxiliar os governos a lidar com aparelhos tecnológicos móveis no âmbito da educação, além de enumerar vantagens que poderiam ser obtidas com a escolarização dos aparelhos celulares ao ensino. Essas concepções foram ilustradas e reunidas em um gráfico (Figura 1) da Agência Porvir e publicado em artigo por Silva Souza (2013, p. 4).

³ Guia de orientação ao uso de tecnologias móveis na educação, lançado pela UNESCO, na *Mobile Learning Week*, que aconteceu em Paris entre os dias 18 a fevereiro de 2013.

Figura 1



Fonte: <http://porvir.org/porfazer/10-dicas-13-motivos-para-usar-celular-na-aula/20130225>

Em contrapartida, uma pesquisa intitulada Tecnologia, distração e desempenho de estudantes (BELAND e MURPHY, 2015 p.13), apurou que “banir os celulares das salas de aula que recebiam alunos de 7 a 11 anos melhorou o desempenho de alunos que antes ficavam abaixo

da média. Não foram observadas mudanças no rendimento dos alunos que não estavam abaixo da média antes da proibição”. Essa publicação serviu como base para que fossem propostas leis que proíbem o uso dos telefones celulares nas salas de aula de todo o país. É o caso dos projetos de lei PL nº 104/2015⁴, PL nº 1.871/2015⁵ e PL nº 7.423/2017⁶.

A argumentação na qual se embasam os projetos de lei apresentados em 2015 se constrói diante da premissa de que o uso do telefone celular seria responsável pelo fato de o telefone comprometer a atenção dos estudantes (Brasil, 2015 p.2). Já o projeto de lei encaminhado à Câmara dos Deputados em 2017 classifica o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula como uma provocação ao trabalho do professor. O texto diz que:

Sabemos que hoje o uso do telefone celular e outros aparelhos eletrônicos similares estão atrapalhando em muito o aprendizado em sala de aula. É trivial as reclamações de professores para se conseguir um bom aproveitamento das aulas. Esse projeto de Lei vem ao encontro do corpo docente dos estabelecimentos de ensino, uma vez que, terão uma norma ao seu lado para barrar esse tipo de provocação (Brasil, 2015, p.2).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da polêmica que envolve o debate acerca de benefícios e/ou consequências do uso dos telefones celulares nas salas de aula, para que haja perspectivas positivas desse debate, é preciso encará-lo à sombra das reflexões acerca do embate entre a tradição que as aulas convencionais representam e a modernidade representada pela chegada dos telefones inteligentes às salas de aula. Demo (1993) discorre sobre a dualidade criada entre a tradição e a inovação envolvendo a massiva presença da tecnologia na sociedade e, inclusive, na escola:

(...) modernidade na prática coincide com a necessidade de mudança social, que a dialética histórica apresenta na sucessão de fases, na qual uma gera a outra. (...) ‘ser moderno’ é ser capaz de dialogar com a realidade, inserindo-se nela como sujeito criativo. Faz parte da realidade, hoje, dose crescente de presença da tecnologia que precisa ser compreendida e comandada. Ignorar isso é antimoderno, não porque seja antitecnológico, mas porque é irreal (Demo, 1993, p.21).

⁴ O projeto autoria do Deputado Federal Alceu Moreira (MDB/RS) proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior.

⁵ O projeto de autoria do Deputado Federal Heuler Cruvinel (PP/GO) proíbe o uso de telefones celulares nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica.

⁶ O projeto de autoria do Deputado Professor Vitorio Galli (PSL/MT) dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos celulares e outros similares, nos estabelecimentos de ensino em todo território nacional, durante o horário das aulas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1988.

ARENDDT, H. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 3ª reimpressão da 5ª ed. de 2000. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BELAND, Louis-Philippe; MURPHY, Richard. **III Communication: Technology, Distraction & Student Performance**. Centre for Economic Performance, LSE. 2015.

BENTHAM et al. Jeremy, **O Panóptico**. Organização de Tomaz Tadeu; traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRASIL. **PROJETO DE LEI Nº 104**, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015. Proíbe o uso de telefones celulares nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica, Brasília, DF. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F6B65321FAF5C09FC65024E10B8E98EB.proposicoesWebExterno2?codteor=1296954&filename=PL+104/2015. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. **PROJETO DE LEI Nº 1.871**, DE 11 DE JUNHO DE 2015. Proíbe o uso de telefones celulares nas salas de aula dos estabelecimentos de ensino, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1350073.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. **PROJETO DE LEI Nº 7.423**, DE 08 DE MAIO DE 2017. Proíbe o uso de aparelhos eletrônicos nas salas de aula, Brasília, DF. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1545954&filename=PL+7423/2017. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRUNNEY, Herman e SCHOUTHEETE in DUARTE, J. e BARROS, A.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas S.A, 2006.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Disponível em:

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf> Acesso em: 06 jan. 2019.

CASTELLS, *et al.* The Mobile Youth Culture in Cross-Cultural Perspective. In: **Mobile Communication and Society: a global perspective**. Cambridge: MIT Press, 2007, p. 153-193. Disponível em: [cationSociety.pdf](#)> Acesso em: 10 set. 2019.

CHARLOT, Bernard. O jovem, a escola e o saber: uma perspectiva social no Brasil. In: **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

Comitê Gestor da Internet no Brasil: CGI.Br. **TIC Kids online Brasil. 2014: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: CGI.Br; 2015. Disponível em:

http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2014_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

Comitê Gestor da Internet no Brasil: CGI.Br. TIC EDUCAÇÃO: **Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras**. São Paulo: CGI.Br; 2019. Disponível em:

https://cetic.br/media/docs/publicacoes/216410120191105/tic_edu_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

DATAFOLHA. **Geração Conectada**. Instituto de Pesquisa Datafolha, São Paulo, 2015.

Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-20-anos-na-internet/a-geracao-conectada/>. Acesso em: 21 jul. 2018.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, out. 2007. Disponível em: Acesso em: 10 nov. 2019.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. Campinas, Papirus, 1993.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ETCOFF, Nancy. **Motorola Phone Life Balance. Harvard University and the Massachusetts General Hospital Department of Psychiatry**, 2018. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-02/motorola-phone-life-balance-study-topline-2018-02-21.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Desinteresse é o principal motivo de evasão escolar. Motivos da Evasão Escolar**, Guarulhos, SP. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/Clippings/lc896.pdf> Acesso em: 03 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 27ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GAUTHIER, J.; GAUTHIER, L.S. A relação com o saber de alunos, pais e professores de escolas da periferia de Salvador, Bahia: Estudo Sociopoético. In: CHARLOT, B. (org.) **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Tradutora Fátima Murad. Porto Alegre: Murad Editora, 2001. Cap.4, p.71-88.

GOODE, W. J. & HATT, p. K. - **Métodos em pesquisa social**. 3ª edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979

GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. Educação Tecnológica. In: GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin (Org.) **Educação Tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo, Ed. Cortez, 2001.

INEP. **Microdados do ENEM**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 04 jun. 2018.

JUNQUER, A.C.L; CORTEZ, E.A.S. **As diversas mídias e o uso do celular na sala de aula. Oficina ocorrida no V Seminário Nacional o professor e a leitura do jornal**. Unicamp,

2010. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/viewFile/58/57>. Acesso em: 03 jan. 2019.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a Educação – O mestre do impossível**. São Paulo: Scipione, 1995.

LEMOS, S. Nativos Digitais X aprendizagens: um desafio para a escola. Boletim Técnico do SENAC. **Revista da Educação Profissional**. v. 35, n.3, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.senac.br/BTS/353/artigo-04.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MATTAR, J. **Games em educação: como os nativos digitais aprendem**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MEIRELLES, F. S. **29a Pesquisa Anual do Uso de TI**. Fundação Getulio Vargas - FGV, 2018.

MORANDO, Orlando. **Celular em sala de aula: uma proibição necessária**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=365340>. Acesso em: 03 dez. 2019.

PAULY, Evaldo Luis; VIVIAN, Caroline Deprá. O uso do celular como recurso pedagógico da construção de um documentário intitulado: fala sério! **Revista Digital da CVA – RICE-SU**, v. 7, n. 27, 2012.

PEDROSA, José G. **Trabalho e educação no capitalismo tardio: crítica do trabalho hipostasiado**. Doutorado em educação: história, política, sociedade. 2003.

PRENSKY, M. **Digital natives, digital immigrants**. 2001. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

PRENSKY, M.. **Education as a rocket sciencerocketscience: a new metaphor**. 2009. Disponível em: http://www.marcprensky.com/writing/Prensky-Education_As_%20Rocket_Science-edtech.pdf. Acesso em: 03 dez. 2019.

PRENSKY, M.. **Digital natives, digital immigrants**. 2010. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

SILVA SOUZA, Josefa Aparecida. **Uso do celular em sala de aula: otimizando práticas de leitura e estudo dos gêneros textuais**. Anais do SILEL. v. 3, n.1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

TAKAHASHI, Fábio; AMPUDIA, Ricardo. Folha Na Sala: Celular na sala. **Como brigar pela atenção dos alunos**. São Paulo, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2019/11/como-professores-podem-brigar-com-celulares-pela-atencao-de-alunos.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.

TORRES, Cláudio. **A Bíblia do Marketing Digital**. São Paulo: Novatec editora Ltda., 2009.

UNESCO. **Policy Guidelines for Mobile Learning, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2013.** Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000219641>. Acesso em: 06 jan. 2019.

VALADÃO, Maurício. **Estresse na docência brasileira.** Disponível em:

<https://cambury.br/estresse-na-docencia-brasileira/>. Acesso em: 03 fev. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2010

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

THE CELL PHONE AND THE CRISIS IN EDUCATION: CONFLICT BETWEEN GENERATIONS

***Abstract:** This article is the result of my research for the master's degree in Technological Education at the Federal Center of Technological Education of Minas Gerais. The study is located within the scope of NAAAB (Anglo-American Narratives and Appropriations in Brazil), a group of studies and research that has as one of its lines the study of authors from different geographical origins that produced works containing elaborations on the relationships between Europeanism and Americanism, about the relationship between Americanness and modernity, or about the status of American culture within Western civilization. The article is the result of an analysis of the theoretical studies of the American educator Marc Prensky, specifically, with regard to digital natives, children born from the 80s and 90s. Prensky (2001) states that digital natives are more familiar with the digital universe than those born in previous decades. Based on this, this article seeks to analyze whether the presence of cell phones in classrooms, in view of the generational conflict between digital natives and their teachers, aggravates the crisis in education, described by Hanna Arendt, German author eradicated in the United States, due to the crisis in authority.*

Keywords: Cell phone. Classroom. Authority. Teaching. Learning.

FERNANDO DE AZEVEDO (1894-1974) E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA - SITRE 2020

doi: 10.47930/1980-685X.2020.0902

AGUIAR, Fernanda Godinho de Souza¹ - godinhofs@cefetmg.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Dep. de Formação Geral
Rua Álvares de Azevedo, 400 - Bela Vista - CEP 35503- 822 -
Divinópolis - Minas Gerais - Brasil

PEDROSA, José Geraldo² - jgpedrosa@cefetmg.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Dep. de Formação Geral
Rua Álvares de Azevedo, 400 - Bela Vista - CEP 35503- 822 -
Divinópolis - Minas Gerais - Brasil

***Resumo:** O presente artigo trata-se de um subproduto de uma pesquisa em andamento no âmbito da História da Educação, que busca analisar questões relacionadas à educação profissional no Brasil nos livros de Fernando de Azevedo (1894-1974) publicados em língua portuguesa. Para alcançar esse objetivo, foi necessário investigar nos escritos de Fernando de Azevedo a existência de referências à educação profissional e como ele concebia as relações entre escola e trabalho. Dados parciais apontam para uma concepção azevediana da escola de trabalho que se opõe ao desprezo pelo trabalho manual promovido pelas elites brasileiras.*

***Palavras-chave:** Fernando de Azevedo. História da educação. Educação Profissional.*

1 INTRODUÇÃO

Fernando de Azevedo, natural da cidade de São Gonçalo do Sapucaí, no estado de Minas Gerais, nasceu em 2 de abril de 1894 e morreu em São Paulo, em 1974. De acordo com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), realizou boa parte de seus estudos em escolas confessionais, onde decidiu seguir a vida religiosa. Porém, aos 20 anos de idade, Fernando de Azevedo deixou a Companhia de Jesus após renunciar à vida religiosa e mudou-se para o Rio

¹ Graduação em História (FAPAM); mestranda em Educação tecnológica (CEFET -MG).

² Graduação em Ciências Sociais (INESP); doutorado em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP).

de Janeiro onde matriculou-se na Faculdade de Direito da qual, no mesmo ano, transfere para a de Belo Horizonte, MG. Em Belo Horizonte, lecionou Latim e Psicologia no Ginásio do Estado até 1917. Ainda em 1916 publicou a sua primeira obra, *A poesia do corpo*, modificado depois para *Da Educação Física*. O corpo, a educação do corpo ou a educação física foram os primeiros temas ou objetos do interesse de Fernando de Azevedo. Depois dessa primeira obra ele ainda publicou outro três livros nessa temática. Em 1920 publicou *Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser* e *Antinous: estudo de cultura atlética*. Em 1930 publicou *A evolução do esporte no Brasil: praças de jogos para crianças. Congresso de Educação Física*.

Em 1917, voltou para o Rio de Janeiro, período em que teve contato com os livros de Durkheim e que iniciou seus estudos de Sociologia. Se a educação do corpo foi o primeiro tema de interesse de Fernando de Azevedo, o segundo tema é exatamente a Sociologia, particularmente as ideias elaboradas pelo positivista francês Émile Durkheim (1858-1917). Azevedo teve os primeiros contatos com a obra de Durkheim exatamente no ano da morte do francês, quando a Europa convivia com as intensas e destrutivas batalhas da primeira guerra. Foi também em 1917 que Azevedo casou-se com Elisa Assunção do Amarante Cruz, jovem de tradicional família paulista e mudou-se para a cidade de São Paulo, onde atuou no magistério, no jornalismo e como homem público.

Azevedo terminou o curso de Direito em São Paulo, no ano de 1918. Curioso notar que Azevedo passou por três faculdades situadas em três capitais do país durante os cinco anos que cursou Direito. Interessa salientar que no Brasil do final do XIX e primeiras décadas do XX os cursos de Direito, de Ciências Jurídicas ou ainda de Ciências Jurídicas e Sociais funcionavam como lugares de sociabilidade de intelectuais filhos das elites que tinham afinidades com a formação no campo das humanidades e das ciências sociais. Essa ocorrência era devida à ausência de outros cursos no campo das ciências humanas, das letras e das artes. A propósito, os filhos das famílias tradicionais brasileiras eram prioritariamente encaminhados para as escolas de Engenharia ou para as faculdades de Direito. As primeiras funcionavam como ambientes de circulação do pensamento industrialista, as segundas, do pensamento republicano. É desses dois ambientes, o Direito e a Engenharia, que vieram importantes nomes da política brasileira que ocuparam cargos de destaque. Azevedo concluiu curso de Direito em 1918 e no ano seguinte foi eleito para o cargo de primeiro secretário da

Sociedade Eugênica de São Paulo³, que era expressão de um movimento racista e dito de cunho científico que mobilizava intelectuais e políticos brasileiros. Temas prioritários para o movimento eugênico eram a educação higiênica e sanitária, a educação sexual, a seleção de imigrantes, o controle matrimonial e da reprodução humana, à crítica a miscigenação e defesa do branqueamento e da regeneração racial. Outro intelectual brasileiro da mesma época e que tinha conexões com movimento correlato – o higienismo - era o baiano Monteiro Lobato (1882-1948), que criou a emblemática figura do *Jeca Tatu* como representante da falta de higiene das populações pobres e rurais. Eugenia, higiene e civismo eram movimentos que as elites brasileiras do início da república articulavam visando superar o atraso do Brasil. Figura importante nesses movimentos, particularmente do civismo, foi Olavo Bilac (1865-1918), poeta parnasiano, autor do *Hino da Bandeira* e articulador do movimento pelo serviço militar obrigatório.

Foi em 1920 que Fernando de Azevedo conheceu Lourenço Filho (1897-1970), importante intelectual da educação e da psicologia da aprendizagem. Foi em companhia de Lourenço Filho que Azevedo iniciou sua carreira no magistério paulista. Segundo Azevedo, em *Figuras de Meu Convívio* (1960), eles se conheceram ainda na mocidade quando estavam encerrando, em 1920, a carreira no ensino normal. Lourenço Filho, aos 23 anos, iniciava o magistério de psicologia na Escola Normal de Piracicaba, e Fernando de Azevedo com 26 anos, o de latim e literatura na Escola Normal de São Paulo. No período de 1924 à 1926 Azevedo trabalhou como redator e crítico literário no jornal *O Estado de São Paulo*, na coluna *Ensaio*, onde presidiu dois importantes inquéritos, sobre a Arquitetura Colonial Brasileira e sobre a Educação Pública em São Paulo., Foi nesse segundo inquérito que Azevedo pôs em destaque os problemas fundamentais do ensino em todos os graus e tipos iniciando uma campanha para uma nova política educacional cuja expressão mais emblemática foi o Manifesto dos

³ Quando as discussões sobre a eugenia foram introduzidas no Brasil nas primeiras décadas do século XX, suas ideias e pressupostos tornaram-se recorrentes no meio intelectual e científico, especialmente entre médicos, higienistas, juristas e educadores. Na literatura nacional, o termo “eugenia” aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como um conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais “atualizado” na ciência moderna. Falar sobre a eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, termos que constituíam o imaginário nacionalista das elites brasileiras. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a “nova religião da humanidade”, tamanha a admiração e crença que os “homens de ciência” depositavam nessa forma de conhecimento. (SOUZA,2008)

Para alguns cientistas e intelectuais da época, o obstáculo no caminho do desenvolvimento social seria superado com o branqueamento da população; para outros, somente condições sanitárias eficazes, extensivas às áreas rurais, poderiam aumentar a produtividade e a riqueza. Em 1917, o médico paulista Renato Kehl iniciou uma grande campanha de divulgação das ideias eugênicas no meio científico, que culminou, em janeiro de 1918, com a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira do gênero na América Latina. O movimento eugenista brasileiro não era homogêneo em suas proposições e esteve desde cedo associado às áreas da saúde pública e psiquiatria, bem como aos ideais do sanitarismo. (TORRES,2008)

pioneiros pela escola nova, em 1932. O resultado desse inquérito foi publicado em 1937 com o título *A educação Pública em São Paulo: problemas e discussões*. A partir desse inquérito, diagnosticou os problemas da educação em São Paulo e apontou possíveis soluções. (Rev. Inst. Est. Bras. SP, 37:215,1994).

Fernando de Azevedo, educador, professor, crítico, ensaísta e sociólogo, foi protagonista em diversos acontecimentos que ocorreram na educação pública brasileira, principalmente entre os anos 1920 a 1950. Conhecido principalmente pelos cargos que ocupou e funções que exerceu, Fernando de Azevedo foi diretor de Instrução Pública no Distrito Federal de 1927 a 1930, por indicação de Washington Luís; foi relator e primeiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova; teve participação ativa na fundação da USP em 1934; foi redator do Manifesto dos Educadores de 1959; e realizou estudos sobre a sociologia e a cultura brasileira. Sua extensa obra encontra-se no Arquivo Fernando de Azevedo - AFA que pertence ao acervo cultural do Instituto de Estudos Brasileiros, IEB, localizado na USP. Tal arquivo foi doado, ainda em vida, em março de 1970 e reúne cerca de 16 mil documentos, parcialmente digitalizados, sobre as atividades profissionais exercidas por Fernando de Azevedo como educador, sociólogo, administrador, jornalista e escritor, bem como por documentos pessoais. (IEB,1994).

Segundo Penna (2010), Fernando de Azevedo é considerado um dos intelectuais de destaque na história da educação brasileira e o estudo de seu pensamento faz parte da Coleção Educadores do MEC, uma coleção de livros sobre os educadores e pensadores da educação que reúne o pensamento de alguns dos principais expoentes da história da educação no Brasil.

De acordo com a biografia examinada, este intelectual desenvolveu seus escritos enquanto especialista em Educação Física, dedicação às Ciências Sociais, ensino de Psicologia e Latim, produção de crítica literária, pesquisas, investigações e ocupação de vários cargos administrativos na área educacional. Tornou-se um grande conhecedor da realidade escolar, o que o colocou a frente da maioria dos educadores do seu tempo. Penna (2010), afirma que, atualíssimas são suas indagações sobre a natureza e finalidades da educação num Brasil em processo de transformação e inserção no modo de produção capitalista como nação periférica e dependente.

O artigo apresenta uma análise de escritos de Fernando de Azevedo, especialmente a partir da elaboração do inquérito realizado na década de 1920 sobre a Educação Pública em São Paulo, em busca de referências à educação profissional.

2 ANÁLISE DE ESCRITOS DE FERNANDO DE AZEVEDO

O inquérito sobre a educação pública em São Paulo, publicado em 1960, sob o título de “Educação na encruzilhada”⁴, é um documento histórico de uma época de transição que nela se reflete com suas contradições internas, seu apego ao passado e suas novas tendências educacionais. (PENNA, 2010). Nesse inquérito, Fernando de Azevedo buscou entender os problemas educacionais do Estado de São Paulo e constatou a existência de uma aversão à educação técnica. Considerada uma agressão ao tradicional currículo da escola secundária, organizada especialmente em vista das exigências das escolas superiores, e, portanto, das profissões liberais e uma idiossincrasia burguesa pelos ofícios manuais e mecânicos, nutrida e cultivada por uma mentalidade de bacharéis e doutores.

Azevedo concebe a educação com uma finalidade essencialmente social ao preparar para a vida, e na qual o trabalho desempenha um papel importante contribuindo para a formação do sentido social do trabalho, ou seja, a conscientização de sua importância. Sendo assim, o sistema escolar deveria ser adaptado à uma nova concepção social baseada no desenvolvimento crescente das ciências, das indústrias e na expansão das classes operárias. (PENNA, 2010). A concepção azevediana da escola de trabalho se opõe ao desprezo pelo trabalho manual pelas elites brasileiras.

Ao explorar o livro *Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil*, publicado em 1931, Penna (2010) afirma que Azevedo tem da educação uma concepção integral, desconsiderando a ideia do homem apenas como instrumento de trabalho. Defende a ideia de uma educação nova para uma sociedade nova. Uma educação que inicie o indivíduo na vida econômica e social. Quanto à educação técnica, assume que esta deveria proporcionar aos alunos uma sólida base profissional, elevando seu nível de capacidade técnica e também o nível moral e intelectual do operário. (PENNA, 2010)

⁴ O resultado do inquérito sobre a educação pública em São Paulo foi publicado em 1937, primeira edição, com o título *A educação Pública em São Paulo: problemas e discussões* e em 1960, na 2. edição, como *Educação na encruzilhada*.

Nos anos 1930, a sociedade brasileira passou por um processo de modernização principalmente a partir do crescimento da indústria, com consequências sobre o trabalho e a força de trabalho. Soma-se a isso um contexto histórico conturbado desde os anos 1920, com as consequências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da Revolução Russa em 1917, da crise de 1929 e da crise proveniente do movimento de 1930 na república brasileira.

Surge, nesse contexto, um grupo de intelectuais da educação refletindo sobre a realidade educacional brasileira marcada pela ausência ou precariedade da escola pública e por um percentual imenso de analfabetos. Esses intelectuais da educação lançaram as bases e diretrizes de uma nova política educacional no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), sendo Fernando de Azevedo o redator e primeiro signatário. Segundo Azevedo (1971), esse documento analisou os problemas da educação brasileira e definiu os princípios para a construção de um programa geral de educação.

Fernando de Azevedo foi um intelectual da educação com forte protagonismo nos movimentos dos anos 1920, 30 e 40, quando a educação brasileira estava sendo constituída como sistema nacional. É nesse tempo também que a educação profissional estava sendo inserida na agenda do Estado, como política pública. Os anos 1920 foram de reformas educacionais no âmbito dos estados: Fernando de Azevedo no Distrito Federal, Sampaio Dória em São Paulo, Francisco Campos em Minas Gerais, Anísio Teixeira na Bahia e Lourenço Filho no Ceará. Em todas essas reformas entraram em pauta a modernização da infraestrutura, a formação de professores, a padronização de métodos e materiais de ensino e outros elementos definidores da educação pública como sistema. É nos anos 1930 que a educação pública entra na pauta do governo federal, que cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). O MESP, sob comando de Gustavo Capanema (1900-1985), retomou em 1934 um processo iniciado na década de 1920 de “remodelação” da educação profissional. O resultado veio em 1942, com a criação do SENAI e das Escolas Técnicas Federais. Em 1946 surgiu o SENAC e o SESC. Os anos 1920 a 1940 foram intensos na educação brasileira: tempos de industrialização e urbanização, de surgimento da educação pública e da educação profissional como sistemas nacionais.

Importante ressaltar, nesse processo, a constituição federal de 1934, que assegurou uma política nacional em matéria de educação, estabelecendo que a União deveria traçar as diretrizes da educação nacional (cap. I, art. 5º, XIV) e elaborar o Plano Nacional de Educação (art. 151), devendo as unidades da federação organizar e manter seus sistemas educacionais

de acordo com essas Diretrizes Nacionais. A Carta Magna de 1934 contemplava uma política nacional de educação conforme os anseios dos pioneiros escolanovistas. Sobre a educação e a cultura, o artigo 148 do capítulo II dispõe que:

Cabe a União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalho intelectual.

A Carta de 1934 também assegurava no artigo 149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Mas o golpe de Estado de 1937 golpeou também a campanha para a renovação na educação, que entrou em declínio. Entretanto, a nova Constituição, outorgada pelo governo Vargas em 1937, reafirmou as finalidades e as bases populares da educação nacional. Estabeleceu, em caráter obrigatório, o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias, e sobretudo, no programa de política escolar ao ensino pré-vocacional e profissional, que se destinava conforme seu texto, às classes menos favorecidas e, é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado (art.129). Segundo Azevedo (1971), nesse aspecto, a Constituição de 1937 pode ser considerada a mais democrática e revolucionária das leis em matéria de educação ao elevar à categoria de primeiro dever do Estado o ensino técnico e profissional. Essa Carta Magna também sinalizou o regime de cooperação entre as indústrias e o Estado.

Fernando de Azevedo afirma, em *A Cultura Brasileira*, livro publicado em 1943, que tanto a Constituição de 1934 quanto a de 1937 caminharam no sentido de romper o tradicionalismo existente da não participação da União na política escolar, assumindo a competência de estabelecer as diretrizes da educação nacional. Essas diretrizes contemplavam novas perspectivas quanto ao alargamento do campo da educação profissional provenientes das mudanças das condições industriais. Dessa forma, coube ao Estado brasileiro reorganizar em novas bases todo o aparelhamento do ensino técnico e profissional para ajustá-los às necessidades agrícolas, comerciais e industriais, na cooperação dos sindicatos e das fábricas na educação profissional, pela criação e manutenção, nos estabelecimentos fabris, de escolas para aprendizes e de cursos de aperfeiçoamento industrial para adultos e menores.

Para Penna (2010), Fernando de Azevedo é um intelectual que se dedicou aos problemas da educação do Brasil em um contexto de transformação e inserção do país no modo de produção capitalista como nação periférica e dependente.

A seguir serão apresentadas as obras de Fernando de Azevedo conforme dados fornecidos pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).

Quadro 1: Livros de autoria de Fernando de Azevedo publicados em língua nacional

Ano de publicação	Livro
1916	A poesia do corpo
1920	Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser. Antinous: estudo de cultura atlética
1923	No tempo de Petrônio: ensaios sobre a Antiguidade latina Velha e nova política: aspectos e figuras da educação nacional
1924	Jardins de Salústio: à margem da vida e dos livros
1925	O segredo da Renascença e outras conferências
1927	Instrução Pública no Distrito Federal
1929	A Reforma do Ensino no Distrito Federal: discursos e entrevistas. Ensaio: crítica literária para <i>O Estado de São Paulo</i> :1924-1925.
1930	A evolução do esporte no Brasil: praças de jogos para crianças. Congresso de Educação Física.
1931	Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil
1935	Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de Sociologia Geral.
1937	A educação pública em São Paulo, problemas e discussões: inquérito para <i>O Estado de São Paulo</i> em 1926. A educação e seus problemas
1940	Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e suas relações com outros fenômenos sociais
1943	A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil

	Velha e nova política: aspectos e figuras da educação nacional
1944	Universidades no mundo do futuro
1945	As técnicas de produção do livro e as relações entre mestres e discípulos.
1946	Seguindo meu caminho: conferências sobre Educação e Cultura
1947	As Universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais
1948	Canaviais e engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar
1949	Ruy e o humanismo: conferência proferida em Salvador, no fórum Ruy Barbosa a 10/11/1949, na Semana das Comemorações do Centenário do nascimento de Ruy Barbosa.
1950	Um trem corre para o oeste: estudo sobre o Noroeste e seu papel no Sistema da Viação Nacional
1952	Na batalha do humanismo e outras conferências
1953	Em memória do comandante Murilo Marx
1956	Discurso sobre Israel
1958	A Educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações.
1960	Figuras de meu convívio Educação na encruzilhada: problemas e discussões (2.ed. A educação pública em São Paulo, problemas e discussões.)
1962	A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos Máscaras e retratos: estudos literários sobre escritores e poetas do Brasil
1968	Discursos dos acadêmicos Fernando de Azevedo e Cassiano Ricardo
1971	História da minha vida
1976	Transmissão da cultura. Parte III da 5ª ed. Da obra: A Cultura Brasileira.

Fonte: IEB

Além dos 36 livros publicados em língua nacional, Fernando de Azevedo publicou quatro livros em língua estrangeira.

Quadro 2: Livros publicados em língua estrangeira

Ano de publicação	Livro	País
1934	Petronio y su tiempo: ensayos sobre la antigüedad latina. Trad. Hector Fuad Miri. Buenos Aires (Arg), Claridad, 1934.	Argentina
1942	Sociologia de la educación: introducción al estudio de los fenómenos pedagógicos y de sus relaciones con los demás fenómenos sociales. Trad. Ernestina de Champourcin. México, Fondo de Cultura Económica, 1942. (15.ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1994).	México
1950	Brazilian culture: an introduction to the study of culture in Brazil. Trad. Willian Rex Crawford. New York, MacMillam Company, 1950.	EUA
1951	Las universidades en el siglo XX y el problema del humanismo. In: La universidad en el siglo XX. Lima, s. ed. 1951.	Peru

Fonte: IEB

Soma-se a esse conjunto, seis obras em colaboração e/ou organizadas por Fernando de Azevedo no período de 1924 a 1970, incluindo *O manifesto dos pioneiros da educação nova, de 1932*, além de 127 artigos publicados em periódicos.

Como se percebe na tabela de livros escritos por Fernando de Azevedo, suas escritas podem ser sumarizadas em seis grandes temáticas, além dos escritos pessoais sobre suas memórias e figuras de seu convívio. Temas que abrangem: a educação física, os ensaios sociológicos, os escritos sobre a cultura brasileira, os textos sobre educação, os textos literários e os textos sobre a universidade. No universo de temas que a obra de Fernando de Azevedo abrange, objetivamos identificar de modo peculiar as elaborações sobre a educação profissional e técnica. Explorações já realizadas e descritas anteriormente indicam que as elaborações sobre a educação profissional estão contidas em obras pertencentes a pelo menos três destes grandes temas: sobre a educação, ensaios sociológicos e sobre a cultura brasileira. Desse modo focalizamos nesse material selecionado em busca de referências sobre a educação profissional e técnica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, esta pesquisa sobre as elaborações textuais de Fernando de Azevedo sobre trabalho, escola e trabalho e educação profissional e técnica ainda está em andamento, portanto, os resultados apresentados aqui são parciais.

Fernando de Azevedo como sujeito engajado, atuou por meio de práticas e projetos políticos variados, fez essa mediação durante a sua trajetória, perpassou por diversos espaços, demonstrou ser atuante nos cargos aos quais ocupou e desenvolveu projetos de relevância a partir de variados temas. Desenvolveu seus escritos enquanto especialista em Educação Física, dedicação às Ciências Sociais, ensino de Psicologia e Latim, produção de crítica literária, pesquisas, investigações e ocupação de vários cargos administrativos na área educacional. Tornou-se um grande conhecedor da realidade escolar, o que o colocou a frente da maioria dos educadores do seu tempo. Em seus escritos, Fernando de Azevedo reflete sobre as contradições internas na educação brasileira e sobre a dificuldade de se abandonar o ensino tradicional, deslocar o conceito humanístico tradicional e avançar para novas tendências educacionais, chamada por ele de “Novo Humanismo”. Critica também, a aversão à educação técnica existente na sociedade brasileira. Concebe a educação com finalidade social, como uma forma de preparar para a vida em sua integralidade, e isso inclui de uma forma muito significativa, o trabalho. Ao se referir à educação técnica especificamente, Fernando de Azevedo destaca a sua importância por proporcionar uma sólida base profissional elevando o nível de capacidade técnica do operário.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

AZEVEDO, Fernando de. **Figuras de meu convívio**. 1.ed. São Paulo: Melhoramentos, Obras completas, v. XVII, 1961.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 18 out. 2019.

CASTRO, M. C. **O arquivo Fernando de Azevedo: cronologia e bibliografia**. Revista Do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 37, p. 213-245, 1994.

GOMES, Â. M. de C. **História e historiadores: A política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996

GOMES, Â. de C.; HANSEN, P. S. **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 489 p.

PENNA, M. L. **Fernando de Azevedo**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Coleção Educadores, 2010. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4698.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

QUEIROZ, M. I. P. **Fernando de Azevedo: o sociólogo**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.37, IEB/USP, p.53-69, 1994. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/5616>. Acesso em: 10 out. 2019.

SIRINELLI, J. F. **Os intelectuais**, In REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOUZA, V. S. de. **Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, 2008.

TORRES, L. de L. **Reflexões sobre a raça e eugenia no Brasil a partir do documentário “Homo sapiens 1900”** de Peter Cohen, Ponto Urbe [Online],2|2008, posto online no dia 30 dezembro 2008, consultado o 03 dezembro 2019. Disponível: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1914>; DOI:10.4000/pontourbe.1914. Acesso em: 03 out. 2019.

FERNANDO DE AZEVEDO (1894-1974) AND THE HISTORY OF THE BRAZILIAN PROFESSIONAL EDUCATION – SITRE 2020

Abstract: This article is a by-product of an ongoing research in the History of Education, which seeks to analyse issues related to professional education in Brazil in the books of Fernando de Azevedo (1894-1974) published in Portuguese. To achieve this goal, it was necessary to investigate in Fernando de Azevedo's writings the existence of references to professional education and how he conceived the relations between school and work. Partial data point to an Azorean conception of the school of work that opposes the contempt for manual labour promoted by the Brazilian elites.

Keywords: Fernando de Azevedo. History of Education. Professional Education.

**REPRESENTAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS E PROPAGANDA
REPUBLICANA NAS PÁGINAS DO JORNAL *A PÁTRIA MINEIRA*
(SÃO JOÃO DEL-REI, 1889)**

doi: 10.47930/1980-685X.2020.0903

GIAROLA, Flávio Raimundo – flaviogiarola@yahoo.com.br¹
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG
Rua Álvares de Azevedo, 400, Bela Vista
35503-822 – Divinópolis – MG – Brasil

***Resumo:** O presente artigo analisa as representações dos Estados Unidos no periódico *A Pátria Mineira*, da cidade de São João del-Rei, no ano de 1889, antes da proclamação da República no Brasil. Nosso objetivo é entender como a próspera nação da América do Norte foi usada tanto para defender a ideia republicana como para criticar a Monarquia e mostrá-la como incoerente com a América. Para isto, utilizamos vários artigos publicados no periódico, que mostravam os Estados Unidos sob diferentes ângulos: político, econômico, religioso, racial e histórico. Todas as representações procuravam expor as qualidades e os êxitos dos estadunidenses, ocultando aspectos que poderiam prejudicar a ideologia republicana, tais como a escravidão e o protestantismo. Como resultado, os republicanos são-joanenses difundiram um conjunto de imagens sobre os norte-americanos que estavam enraizadas nos adeptos do partido em todo o país e que ajudariam na derrubada da Império e na ascensão dos Estados Unidos do Brasil.*

***Palavras-chave:** Republicanos. Estados Unidos. Representações.*

1 INTRODUÇÃO

Em 1870, foi publicado, no Rio de Janeiro, o primeiro número do periódico *A República*, no qual vinha ao público o Manifesto do Partido Republicano do Brasil. O novo partido surgia do desencanto da ala mais radical dos liberais diante da conciliação liberal em torno do Clube da Reforma, que congregava liberais e progressistas, nascido após a queda do Gabinete Zacarias. Essa dissidência era liderada por Quintino Bocaiúva (1836-1912) e Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895) e, segundo José Ênio Casalecchi, se diferenciava dos demais partidos do Império na medida em que pretendia pôr fim ao regime monárquico, apesar de acabar, na

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

prática, contemporizando-os na forma de atingir seus objetivos (CASALECCHI, 1987, p. 39). Isto porque, como os liberais, os republicanos escolheram a reforma e não a revolução para atingir seus objetivos, ou seja, queriam atingir a República pela evolução, através da via eleitoral. “A maioria republicana no Parlamento proclamaria, pacífica e legalmente, a República, possibilidade aberta pela Constituição de 1824” (CASALECCHI, 1987, p. 39).

Os republicanos passaram a lutar pela organização do partido, buscando fazê-lo mais representativo nas províncias, brigando pela sua maior e mais ativa participação na vida política imperial. Queriam formar um sólido partido nacional, tarefa que, no entanto, fora dificultada pela importância que os republicanos davam ao federalismo, o que estimulou a autonomia partidária nas províncias. Ainda de acordo com Casalecchi, apesar das tentativas dos republicanos do Rio de Janeiro para o fortalecimento do Partido Nacional, o Congresso Republicano só aconteceu em junho de 1887, tendo como resultado a constituição do Partido – documento composto de nove pequenos artigos que dá a organização básica da agremiação; instituição do Congresso Nacional com dois representantes por província e o Conselho Federal composto por Saldanha Marinho, presidente; Quintino Bocaiúva, vice-presidente; Aristides Lobo (1838-1896), secretário; Campos Salles (1841-1913) e Ubaldino do Amaral (1842-1920). Tornaram público um modesto Manifesto que nada somava ao de 1870 (CASALECCHI, 1987, p. 43-44).

Já na cidade de São João del-Rei, importante pólo urbano de Minas Gerais no século XIX, a ideia republicana apareceu na imprensa desde o começo do Império. A cidade cresceu ao longo dos séculos XVIII e XIX como centro comercial da região do Rio das Mortes. Alcançou o *status* de vila em 1713, quando a exploração aurífera crescia em Minas Gerais. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, no século XIX, a produção agropecuária tornou-se o carro chefe da economia local, juntamente com o desenvolvimento de um intenso comércio regional e interprovincial com o Rio de Janeiro, centralizando as operações de crédito da Comarca do Rio das Mortes (GRAÇA FILHO, 2002). Desta forma, ao longo de sua história, São João del-Rei apresentou os traços da cultura urbana mineira, marcada pela presença significativa da religião, do escravismo e pela influência de comerciantes e fazendeiros escravistas. Como afirma Denilson de Cássio Silva, a cidade, nos oitocentos, esteve em ebulição econômica (SILVA, 2016, p. 26). Isto fez com que ali tivesse uma vasta imprensa política, com órgãos do Partido Conservador, do Partido Liberal e, mais tarde, do Partido Republicano.

De acordo com Alex Lombello Amaral, ainda na década de 1830, no jornal *Astro de Minas*, é possível encontrar propaganda republicana, e até a explicação da estratégia para se conquistar a República a longo prazo. Ainda segundo o autor, um dos redatores do *Astro*, o padre Marinho, participara da revolução republicana que conhecemos como Confederação do Equador, e os “*regressistas*” de Barbacena chegaram a denunciar que funcionava em São João del-Rei, dentro das cavernas da Casa da Pedra, a sociedade secreta chamada Gruta, que seria republicana. “O que percebemos não é inexistência de ideais republicanos, mas que os republicanos abrigavam-se, sobretudo no ‘partido liberal’, onde lado a lado com ‘liberais’ monarquistas pugnavam por diferentes bandeiras (...)” (AMARAL, 2008, p. 112).

Na segunda metade do século XIX, Amaral faz referência à *Tribuna do Povo* como também sendo um periódico “*liberal-republicano*”, visto que em suas páginas eram publicados diversos artigos de cunho republicano como ataques diretos à Monarquia; apologia a repúblicas, como Estados Unidos e França; e exaltação de figuras como Garibaldi.

A Pátria Mineira, entretanto, nascida em 1889 e redigida por Sebastião Sette, foi o primeiro periódico assumidamente republicano da cidade. “Além de artigos doutrinários e noticiosos sobre a ideia republicana” (A PÁTRIA MINEIRA, 14/04/1889, p. 1), publicava notícias diversas sobre o Brasil, a Província de Minas Gerais e a cidade de São João del-Rei. Em seus artigos, a crítica ao regime monárquico era ácida, sempre buscando apontar o Império como um sistema político em decadência, que deixava evidente suas fraquezas nas últimas décadas do século XIX, sobretudo após a abolição da escravidão.

O jornal também expunha diversos textos explicativos com relação aos ideais do partido, como o de 23 de maio de 1889, intitulado “*Religião e República*”, onde falava da relação do partido com a Igreja; ou o artigo de 06 de junho de 1889, “*República e Propriedade*”, cujo primeiro parágrafo - “Sob o regime republicano há plena e ampla garantia de propriedade” – por si só, explicava a intenção do texto. A ideia era ser didático para seus leitores e, ao mesmo tempo, extinguir eventuais dúvidas que pudessem surgir sobre as reais intenções dos republicanos.

Para isto, a melhor forma encontrada pelo periódico foi se voltar para o exemplo das repúblicas americanas, uma prática já comum dentro do partido a nível nacional. Mesmo que a “americanização” nem sempre se confundisse com “norte-americanização”, a reação à proeminência inglesa nas relações internacionais da nação e a aproximação aos paradigmas

dos Estados Unidos foi constante (CERVO; BUENO, 2012, p. 166). Desta forma, o objetivo do presente artigo é promover uma análise das diferentes representações dos Estados Unidos que apareceram n'*A Pátria Mineira* ao longo do ano de 1889, com o objetivo de entender como a próspera nação norte-americana foi usada nas estratégias discursivas dos republicanos para combater a Monarquia e exaltar o regime republicano.

2 OS ESTADOS UNIDOS NAS PÁGINAS D'*A PÁTRIA MINEIRA*

Além de suas pretensões políticas imediatas, os republicanos também defendiam uma nova política externa para o Brasil, marcada pela maior presença do país na América. Essa postura já estava explícita desde o Manifesto Republicano de 1870, cuja frase “somos da América e queremos ser americanos” (2009, p. 58) deixava evidente o desejo de voltar-se para o continente no qual a nação fazia parte, em oposição ao Império que, segundo as críticas, voltava-se para a Europa. De acordo com o documento, o regime monárquico era oposto e hostil aos interesses dos Estados americanos e sua permanência era a fonte de rivalidades e guerras com os povos ao seu redor.

Para Cervo e Bueno, dois aspectos do Manifesto merecem atenção: a exclusividade que seus mentores deram à organização política do Brasil para o diagnóstico de sua situação internacional e o componente de idealismo que os republicanos possuíam sobre assuntos dessa natureza. “Esse romantismo foi traduzido na prática, no primeiro momento após a proclamação da República, pelo menos no que se refere ao continente americano” (CERVO; BUENO, 2012, p. 164). Deste modo, o americanismo marcou a República nascente como que por antinomia ao europeísmo com o qual se identificava a Monarquia.

Com este objetivo de se voltar para a América e de destacar as qualidades positivas das repúblicas do continente, *A Pátria Mineira* se empenhou, desde suas primeiras edições, em publicar notícias das mais variadas nações americanas, tais como Argentina, México e até o Haiti, que carregava temores por ter sido uma república formada por negros. Os textos sempre procuravam expor aspectos favoráveis destas nações, com o intuito de mostrar algum desenvolvimento das mesmas e, ao mesmo tempo, destacar o fato de o Brasil estar isolado no Novo Mundo.

É o que fez em julho de 1889, ao traçar uma comparação entre Minas Gerais e a Argentina. Na ocasião, o periódico afirmava que “aquela república, entretanto, apesar de não possuir os

elementos de riqueza natural, em prosperidade adiantou-se de nossa província a perder de vista” (A PÁTRIA MINEIRA, 25/07/1889, p. 3). Segundo o jornal, a república vizinha havia alcançado um desenvolvimento invejável, ao passo que Minas Gerais tinha se estagnado, mostrando traços de decadência. Ao mesmo tempo, o jornal deixava a entender que a estrutura política de cada país era a responsável por aquele contraste.

Uma vez que a Monarquia era tida como uma planta exótica europeia, inserida forçosamente no Novo Mundo, o jornal fazia questão de sempre destacar a palavra América e americanos para se referir aos brasileiros. A visão do Império enquanto um alienígena político no continente americano, portanto, impunha uma visão histórica que poderia muito bem ser remontada ao período da América Portuguesa, quando a colônia já se formara de forma adversa aos seus vizinhos hispânicos. Nesse sentido, a República não devia medir esforços para transformar o Brasil em uma nação da América, aliada aos interesses e à identidade da região. *A Pátria Mineira*, ao insistir no uso de termos ligados ao continente americano, buscava, ao mesmo tempo, construir uma nova identidade nacional, pautada na americanidade, e reverter o que destacou Sérgio Buarque de Holanda, ao afirmar que, já no Manifesto do Partido Republicano, apontava-se para o triste isolamento em que se achava o país, separado do Velho Mundo pela distância e do Novo pelas instituições (HOLANDA, 1992, p. 254).

Em vista disto, ao menos até ocorrer a proclamação da República no Brasil, o melhor exemplo usado para exaltar as vantagens do regime republicano sobre o monárquico e para reivindicar uma nova política externa estava na América do Norte. Eram os Estados Unidos, que haviam implantado uma república bem sucedida, além de ter crescido em importância e em riqueza ao longo do século XIX.

A nação anglo-americana poderia fornecer um modelo a ser seguido em vários sentidos. O principal era como um símbolo de democracia e de regime político ideal, como foi exposto na edição de 05 de setembro de 1889: “A deslumbrante República dos Estados Unidos aí está como exemplo vivo e palpável de ser o seu sistema de governo o único que merece e proporciona a verdadeira conservação” (A PÁTRIA MINEIRA, 05/09/1889, p. 1). Em outra edição, do mesmo mês, afirmava que “a América do Norte é um país democrático na mais lata significação deste vocábulo” (A PÁTRIA MINEIRA, 26/09/1889, p. 2). Tal perspectiva acabaria se destacando após o “15 de Novembro”, pois, conforme José Murilo de Carvalho, o modelo americano estaria vitorioso na Constituição de 1891. Porém, é preciso destacar que

este modelo acabou tendo, no Brasil, um sentido profundamente distinto daquele que teve nos Estados Unidos. Para o autor supracitado, aqui “a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte” (CARVALHO, 1990, p. 25).

Para além da questão política, havia outra característica dos Estados Unidos que foi amplamente utilizada para a propaganda ideológica d’*A Pátria Mineira*, era o desenvolvimento econômico daquele país. Neste aspecto, o objetivo do periódico era mostrar como os norte-americanos tinham conseguido atingir índices econômicos invejáveis, que já rivalizavam ou mesmo superavam alguns números encontrados nas tradicionais monarquias europeias. Foi o que fez na edição de 30 de maio de 1889, ao publicar uma fala de Quintino Bocaiúva, chefe da propaganda do Partido Republicano, na qual se defendia que a renda anual dos Estados Unidos já era superior à da Inglaterra, nação economicamente mais poderosa naquele momento.

No ano de 1850 a riqueza total dos Estados Unidos era avaliada, por estatística, em 1.686 milhões de libras; a da Inglaterra era nesse ano computada em mais de 22500 milhões de libras, ou seja, três vezes aquela soma.

Bastaram trinta anos de trabalho fecundo sob o regime republicano para inverter a posição respectiva dos dois grandes países, aonde aliás imperam o mesmo gênio e a mesma raça.

(...)

A renda anual dos Estados Unidos é hoje superior a duzentos e dez milhões de libras esterlinas; ao passo que a renda do Reino Unido da Grã-Bretanha atinge apenas a cento e cinquenta e quatro milhões, isto é, inferior àquela cinquenta e seis milhões (A PÁTRIA MINEIRA, 30/05/1889, p. 1).

O discurso de Quintino Bocaiúva refletia um pensamento comum d’*A Pátria Mineira* que, inclusive, chegou a acusar o Império de se afastar propositalmente dos Estados Unidos para evitar que o crescimento econômico daquele país se tornasse uma ameaça para a manutenção da Monarquia. Desta maneira, ao noticiar uma conferência nos Estados Unidos sobre o comércio, na qual o Brasil participava, o impresso aproveitou para dizer que o Império havia “sempre evitado, com sua reconhecida astúcia, a intimidade com a República dos Estados Unidos, cujo progresso é a mais viva condenação do sistema de governo monárquico” (A PÁTRIA MINEIRA, 01/08/1889, p. 1).

Não há dúvidas que falar da economia estadunidense era um importante trunfo para a propaganda republicana. Na segunda metade do século XIX, os Estados Unidos tinham se consolidado enquanto potência do continente americano e era destaque no cenário internacional como vigoroso centro econômico fora da Europa. Assim, seu exemplo servia para mostrar tanto a situação de “atraso” do Brasil como para projetar um novo modelo de progresso a ser seguido.

As características dos Estados Unidos também foram usadas para falar sobre imigração, assunto que tomava as páginas dos jornais de São João del-Rei naquele ano, após a chegada da primeira leva de imigrantes italianos, em 1888. Na perspectiva d’*A Pátria Mineira*, a imigração não deveria ser um investimento que desse ônus ao Estado. Ao contrário, propunha um incentivo à corrente imigratória espontânea, posição que passou a ser destacada nas páginas do periódico republicano após uma revolta dos colonos, ocorrida em maio de 1889 (GIAROLA, 2012, p. 165). Sendo assim, o impresso utilizava tanto a organização política quanto o crescimento econômico dos estadunidenses para justificar a política imigratória que defendia.

Os Estados Unidos abrigam sob o governo republicano um povo cuja prosperidade e riquezas assombram o mundo inteiro.

Todos os dias entram para aquele país prodigiosas levas de imigrantes espontâneos que, fugindo das monarquias europeias, vão aumentar-lhes os cabedais e a instrução industrial (A PÁTRIA MINEIRA, 29/08/1889, p. 1).

A lógica do jornal era a seguinte: a adoção do regime republicano no Brasil resultaria em um desenvolvimento material que, por sua vez, permitiria a atração de imigrantes sem grandes gastos do governo. Em contrapartida, os recém-chegados iriam contribuir para o crescimento econômico, ao trazer novas técnicas e conhecimentos de seus países de origem. Os Estados Unidos eram a prova viva desta teoria, uma vez que era uma nação formada, em grande parte, por imigrantes e que ainda não havia se fechado para a chegada de novos estrangeiros.

Os Estados Unidos também foram usados pelo periódico republicano para se defender de críticas imputadas por seus adversários políticos. Críticas que, naturalmente, chegavam na opinião pública como um todo. A principal delas era com relação à religião. Segundo Roberto Romano, “afastar o domínio religioso e instaurar a laicidade do aparelho administrativo sintetizam o ideário republicano de maneira certa” (ROMANO, 1979, p. 97). Por conta disto, muitos diziam que a defesa republicana da separação entre Estado e Igreja acabaria levando a perseguições religiosas no Brasil ou, até mesmo, à proibição dos diversos cultos.

Neste sentido, o grande esforço d'*A Pátria Mineira*, em vários artigos, foi mostrar que o sistema de governo republicano não era contrário nem à religião nem às liberdades religiosas. Para isso, em abril de 1889, utilizou os Estados Unidos para embasar seus argumentos: “Ide aos Estados Unidos e aí vereis, ao lado dos comícios eleitorais de um povo verdadeiramente livre, inúmeros templos dominando as florescentes cidades. A grande república é a nação mais religiosa do mundo” (A PÁTRIA MINEIRA, 14/04/1889, p. 2). Em outra edição, seguia dizendo que “causou-nos verdadeira surpresa o contraste que em semelhante matéria dá-se entre o Brasil, em que o Estado pretende ter uma religião sua, e aquele país em que o governo deixa aos particulares o inteiro cuidado do culto” (A PÁTRIA MINEIRA, 23/05/1889, p. 1). Desta forma, tentava provar que um estado laico não significaria a ausência de religião, mas, pelo contrário, seria a consagração da liberdade religiosa. Os Estados Unidos eram vistos como a nação “mais religiosas do mundo” exatamente por poder garantir esta liberdade aos seus cidadãos.

Porém, em uma cidade fortemente marcada pelo catolicismo, como era São João del-Rei, havia um fato que poderia constranger a propaganda republicana, a preeminência do protestantismo nos Estados Unidos. Por isso, neste aspecto, era melhor desviar o olhar para as outras repúblicas da América.

Espíritos pequenos e enfezados – almas de tico-tico – tomai um compêndio de Geografia e por ele vereis que as repúblicas, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Peru, Paraguai, S. Domingos, S. Salvador, Uruguai, Venezuela, são católicas, apostólicas, romanas (A PÁTRIA MINEIRA, 23/05/1889, p. 1).

Portanto, o periódico, ao usar exemplos diferentes, conseguia defender as críticas de que os republicanos eram avessos à religião e, ao mesmo tempo, propor uma manutenção da identidade católica do Brasil. Por isso, concluía que “fora do cristianismo não existe uma só República” (A PÁTRIA MINEIRA, 23/05/1889, p. 1).

A questão do protestantismo não foi a única omissão feita pela *A Pátria Mineira* com relação aos Estados Unidos. Na edição de 11 de julho de 1889 foi publicado um manifesto do político republicano Antônio Felício dos Santos, no qual se lia: “Se o Brasil tivesse se constituído como as outras nações americanas, a escravidão teria desaparecido logo por um ato iluminatório do organismo social e com a contribuição de todas as classes, como aconteceu nas repúblicas espanholas” (A PÁTRIA MINEIRA, 11/07/1889, p. 1). O texto referia-se a “nações americanas”, mas, propositalmente, dava destaque apenas às “repúblicas espanholas”. Era mais uma estratégia de usar apenas as características dos Estados Unidos que fossem

adequadas à propaganda republicana. Na questão da escravidão, os estadunidenses precisaram de uma guerra para pôr fim a regime servil, o que contradizia o argumento de que o regime republicano era avesso ao trabalho escravo.

Apesar desta crítica à escravidão, o periódico se empenhou em atacar o Império por conta da ausência de indenização aos proprietários que perderam o braço cativo, após a abolição. Para o impresso, tal fato era um ataque direto ao direito à propriedade. Esta postura estava de acordo com a postura dos republicanos a nível nacional, uma vez que, de acordo com Ângela Alonso, a posição oficial do partido republicano foi sempre temporizada, começando por assumir a necessidade de indenização da “propriedade escrava” (ALONSO, 2002, p. 112). De fato, este foi um dos principais pontos do discurso d’*A Pátria Mineira* contra a Monarquia. Em 15 de agosto de 1889, a folha publicou um artigo de um indivíduo intitulado Pedro Desenganado que dizia o seguinte:

Há muitos eleitores que, deixando-se ainda iludir, como crianças a quem se mostra banana, vão dar o voto no dia 31 esperando indenização feita pelo governo da monarquia!...

Que grandes patetões!...

São tão inocentes que ignoram que a primeira palavra pronunciada pelo Imperador quando voltou pra cá, depois da Lei de Treze de Maio, foi que *ele era contrário a indenização!*... (A PÁTRIA MINEIRA, 15/08/1889, p. 3)

Por isso, os Estados Unidos foram usados novamente como um modelo, agora de um país onde as indenizações eram garantidas. Em 26 de setembro de 1889 foi publicada uma notícia que se referia a um menor, vendedor de jornais, que conseguira uma indenização de uma companhia de bondes, na Filadélfia, após perder uma perna, que fora esmagada por um veículo da empresa. Em vista desta tragédia, o impresso comparava o Brasil aos Estados Unidos, defendendo que, neste segundo, “aquele que sofre um dano de qualquer espécie tem os tribunais a seu favor” (A PÁTRIA MINEIRA, 26/09/1889, p. 1). Segundo o impresso, no Brasil seria matéria para zombaria se alguém prejudicado pelo governo, por uma companhia ou por qualquer particularidade falasse em indenização: “A vítima em nosso país há de sujeitar-se às conseqüências da incúria ou malvadez e perderá o tempo, si quiser obter judicialmente qualquer reparação” (A PÁTRIA MINEIRA, 26/09/1889, p. 1).

Como já foi dito, a insistência na indenização trazia, em seu cerne, a defesa do respeito à propriedade que, segundo a folha republicana, fora atingida com a abolição sem um reembolso aos proprietários. De novo, era nos Estados Unidos que se encontrava a

consagração do direito liberal à propriedade. “Nos Estados Unidos, a propriedade do cidadão é plenamente garantida. (...) É por isso, que esse povo tem ânimo para o trabalho e cresce em prosperidade mais do que outro qualquer no mundo” (A PÁTRIA MINEIRA, 16/05/1889, p. 2).

Outra comparação que podia ser feita entre Brasil e Estada Unidos era com relação à questão racial.

Pode-se dizer que a profunda antinomia social da monarquia brasileira com a democracia americana, tem em grande parte suas raízes na distinção das raças dominantes em uma e outra parte do Novo Mundo. Numa o sangue anglo-normando comunica a sua criadora vivacidade a uma natureza fértil, mas agreste. Na outra a linfa portuguesa, contaminada pela monarquia absoluta e pela tirania da inquisição, impregna na sua nativa inércia uma natureza ridente, fecundíssima, que patenteia espontaneamente os seus tesouros à própria indolência dos colonos (A PÁTRIA MINEIRA, 26/09/1889, p. 2).

O texto acima, assinado por Latino Coelho, reproduzia vários pressupostos raciais, comuns no final do século XIX, que defendiam as diferenças entre os diversos tipos humanos (POLIAKOV, 1974; BETHENCOURT, 2018). Da mesma forma, destaca-se o que Lúcia Lippi de Oliveira chamou de matriz “americanista” do pensamento nacional, na qual se identifica na herança ibérica o obscurantismo, o autoritarismo e o burocratismo presentes na vida política e social do Brasil (OLIVEIRA, 2000, p. 47). Em suma, para o autor do artigo, a democracia republicana dos Estados Unidos era consequência de sua formação “anglo-normanda” que, ao entrar em contato com um clima “fértil, mas agreste”, teria se desenvolvido. Já no Brasil, que ao contrário dos Estados Unidos, tinha uma natureza exuberante, teria sido prejudicado pelo sangue português, maculado pela Monarquia.

Segundo Márcia Naxara, este tipo de discurso levava a uma leitura que permitia pensar o Brasil somente como possibilidade visualizada num futuro, quando ocorresse um ajustamento entre esse majestoso ambiente natural, latente de possibilidades, e o potencial humano. “Uma natureza magnífica, uma história desencantada” (NAXARA, 2004, p. 294). No caso dos republicanos, o ajustamento entre raça e meio apenas viria com o estabelecimento do sistema republicano no Brasil. Por isso, dizia que “descontada, porém, a influência da casta e da hereditariedade, a diferença das condições sociais nos Estados Unidos e no Brasil é devida principalmente à dessemelhança das suas instituições” (A PÁTRIA MINEIRA, 26/09/1889, p. 2). Em síntese, ainda que a questão da diferença entre as raças formadoras fosse importante, a queda da Monarquia poderia amenizar a contradição entre os dois países.

Amaral defende que *A Pátria Mineira* também se destacou por buscar como um de seus alvos o público feminino (AMARAL, 2008, p. 32). Era a favor, por exemplo, do voto feminino e, em outubro de 1889, publicou um artigo, assinado por J. C. de Brito, sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho. Para embasar seus argumentos, a folha republicana citou o caso dos Estados Unidos como nação na qual a mulher poderia exercer várias atividades profissionais.

Na União norte-americana, como é sabido, dirige o tesouro nacional uma senhora, tendo por auxiliares pessoas do mesmo sexo, cargo que desempenham com geral aplauso.

Em Nova York advoga e tem considerável clientela Anna Hirdg, advogada provisionada, que, por essa profissão, tem adquirido grande fortuna.

Em São Francisco da Califórnia advoga uma outra, formada em direito, que goza foros de proficiente.

Há ali muitas outras deputadas hábeis em manusear as pandetas e milhares de discípulas de Esculápio, das quais não poucas conceituadas em sua profissão.

(...)

Iríamos longe se empreendêssemos catalogar inúmeras outras que ocupam o plano inferior na escala da inteligência, sua cultura e obras publicadas, posto que algumas merecem menção honrosa (A PÁTRIA MINEIRA, 01/10/1889, p. 2).

O texto tinha um objetivo explícito, mostrar que, diante da crise de mão de obra advinda com o fim da escravidão, as mulheres poderiam ser aproveitadas em várias atividades laborais. Porém, dizia que, ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil o preconceito enraizado na sociedade fazia com que houvesse uma preferência pela importação de braços estrangeiros do que por aproveitar o trabalho feminino.

Outra oportunidade para comparar a República dos Estados Unidos e a Monarquia do Brasil foi a história. No dia 4 de julho de 1889, dia da independência dos Estados Unidos, o impresso publicou, em seu espaço dedicado aos folhetins, um texto sobre a Inconfidência Mineira do famoso republicano Aristides Lobo. O escrito destacava o movimento de Minas Gerais como a primeira grande reação do Brasil contra o despotismo monárquico, fato que o ligava a um esforço feito pelos clubes republicanos do Rio de Janeiro, de Minas e de outras províncias, desde 1870, de resgatar a memória de Tiradentes (CARVALHO, 1990, p. 57) e dos inconfidentes. Para isto, tomava a luta pela emancipação promovida pelos Estados Unidos com símbolo de heroísmo.

Já as colônias da Grã-Bretanha tinham-se insurgido ao grito de alarma dado pela impetuosa mocidade de Boston; já a capitulação de Cornwalles tinha terminado uma

luta em que de uma parte os intrépidos Yankees combatiam pelos seus direitos, pela sua soberania, pelas suas ideias, e de outra a poderosa Albion embalde forcejava conter na jaula o leão que ameaçava transpor o oceano para ir lavar-lhe no sangue as afrontas de um longo cativo. (A PÁTRIA MINEIRA, 04/07/1889, p. 2)

A independência dos Estados Unidos teria sido um exemplo para o resto da América e, por isso, tinha animado os ânimos dos inconfidentes. “Tudo lhes sorria: a posição topográfica de Minas, o descontentamento do povo, o entusiasmo que reinava entre eles, e a esperança de auxílios dos Estados Unidos” (A PÁTRIA MINEIRA, 04/07/1889, p. 2). Buscava-se, no passado, as raízes da ideia republicana no Brasil e lamentava-se a oportunidade perdida de uma eventual aliança com os estadunidenses que poderia ter surgido ainda no século XVIII, caso o movimento dos inconfidentes tivesse tido êxito.

Até a proclamação da República, os Estados Unidos ainda apareceram outras vezes nas páginas d’*A Pátria Mineira*, sempre com o intuito de exaltar aquela república em comparação com as monarquias da Europa. Em 06 de junho de 1889, por exemplo, o jornal expôs a seguinte opinião:

Quando um soberano da Europa visita outro soberano, os jornais prognosticam guerras e males de toda a espécie para a humanidade.

Se o presidente da república dos Estados Unidos anunciar uma visita ao presidente da república do México, o povo tratará logo de indagar:

- Será a abertura do istmo do Panamá? Irão combinar sobre o estabelecimento de um tribunal que tenha por fim acabar com as guerras na América? Que melhoramento irá nascer desta visita?... (A PÁTRIA MINEIRA, 06/06/1889, p. 2)

No mesmo mês, no dia 20, defendeu que “na Rússia e na Turquia o homem sofre mais do que na Bélgica ou na Inglaterra e nas duas últimas mais do que nos Estados Unidos” (A PÁTRIA MINEIRA, 20/06/1889, p. 2). A estratégia das duas publicações era clara, mostrar que o Velho Mundo, no qual se inspirava a Monarquia brasileira, estava decadente, marcado pelas guerras e pela ausência de liberdade; enquanto na América havia uma república caracterizada pela vitalidade. Os Estados Unidos serviam, assim, como uma bússola que apontava o melhor caminho para o Brasil, através do seu exemplo de progresso e estabilidade política.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a proclamação da República, os Estados Unidos ainda apareceram nas páginas da folha republicana, porém com uma intensidade muito menor do que ocorreu no ano de 1889. Agora as notícias eram mais descritivas, com um tom muito diferente daquele que era usado antes da

vitória dos republicanos. Isto porque as comparações não faziam mais sentido, uma vez que a Monarquia havia sido derrotada. O que não significa que o respeito e a admiração pelos “irmãos do norte” tenham desaparecido.

Entretanto, foi nos meses que precederam ao “15 de novembro” que o impresso usou de várias representações dos Estados Unidos para defender seu discurso republicano. Como vimos, os estadunidenses eram apresentados através de diferentes ângulos: a nação democrática, a nação próspera, a nação religiosa, a nação que respeitava a propriedade, a nação racialmente superior, a nação sem preconceito de gênero, a nação com um passado heróico, a nação que contrastava com a decadência da Europa. Quando algumas características incomodavam, como o protestantismo ou a escravidão, o melhor era omitir, de forma que apenas as representações consideradas positivas eram expostas.

Todo este jogo discursivo que aparecia n’*A Pátria Mineira*, é exemplar de um conjunto de representações que estava consolidado entre os vários republicanos espalhados pelo Brasil e acabaria resultando na construção dos Estados Unidos do Brasil, após o fim do Império. O movimento republicano brasileiro veio diferente da consolidação da República nos Estados Unidos. No Brasil, a República se fez por um golpe de Estado, liderado pelo Exército, que se manteria no poder nos primeiros anos da República. Aos olhos de muitos, a República se parecia mais com as ditaduras latino-americanas do século XIX do que com a vigorosa democracia estadunidense. Não é por acaso que, na década de 1890, intelectuais monarquistas, como Eduardo Prado (PRADO, 2010), iriam fazer o oposto do que tinham feito os republicanos, promover uma representação negativa dos norte-americanos, para reforçar a imagem da Monarquia deposta. Era a luta por representações, que novamente colocava os Estados Unidos como centro de um debate político nacional.

REFERÊNCIAS

A PÁTRIA MINEIRA. Conservadores. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 05 set. 1889, p. 1.

A PÁTRIA MINEIRA. Desmoronamento. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 29 ago. 1889, p. 1.

A PÁTRIA MINEIRA. Indenização. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 26 set. 1889, p. 1.

A PÁTRIA MINEIRA. O Dia de Amanhã. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 01 ago. 1889, p. 1.

A PÁTRIA MINEIRA. Paralelo. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 25 jul. 1889, p. 3.

A PÁTRIA MINEIRA. Pêndula. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 16 de maio de 1889, p. 2.

A PÁTRIA MINEIRA. Religião e República. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 14 abr. 1889, p. 2.

A PÁTRIA MINEIRA. Religião e República. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 23 mai 1889, p. 1.

A PÁTRIA MINEIRA. República e Propriedade. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 20 jun. 1889, p. 2.

A PÁTRIA MINEIRA. Sem Título. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 06 jun. 1889, p. 2.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos: imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884)**. 2008. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOCAIUVA, Q. Falou o Presidente. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 30 mai 1889, p. 1.

BRITO, J. C.. Forças Desaproveitadas. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 1 out. 1889, p. 2.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERVO, Armado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

COELHO, L. A República Futura do Brasil. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 26 set. 1889, p. 2.

DESENGANADO, P. Indenização. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 15 ago. 1889, p. 3.

GIAROLA, Flávio Raimundo. **As representações da mão de obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sãojoanenses (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico: do Império à República**. São Paulo: Bertrant Brasil, 1992.

LOBO, A. A Inconfidência de Minas. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 04 jul. 1889, p. 2.

MANIFESTO REPUBLICANO. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, nº 37, pp. 42-60, maio/agosto 2009.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. Brasília: Senado Federal, 2010.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SANTOS, A. F. dos. Manifesto do Dr. Antônio Felício dos Santos. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 11 jul. 1889, p. 1.

SETTE, S. Expediente. **A Pátria Mineira**, São João del-Rei, 14 abr. 1889, p. 1.

SILVA, Denilson de Cássio. **O Drama Social da Abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei, Minas Gerais (1871-1897)**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

REPRESENTATIONS OF THE UNITED STATES AND REPUBLICAN ADVERTISEMENT ON THE PAGES OF THE NEWSPAPER *A PÁTRIA MINEIRA* (SÃO JOÃO DEL-REI, 1889)

***Abstract:** This article analyzes the representations of the United States in the newspaper *A Pátria Mineira*, in the city of São João del-Rei, in 1889, before the proclamation of the Republic in Brazil. Our goal is to understand how the prosperous nation of North America was used both to defend the republican idea and to criticize the Monarchy and show it as inconsistent with America. For this, we used several articles published in the newspaper, which showed the United States from different angles: political, economic, religious, racial and historical. All representations sought to expose the qualities and successes of the Americans, hiding aspects that could harm the republican ideology, such as slavery and Protestantism. As a result, the Republicans from São João del-Rei spread a set of images about the Americans that was rooted in party supporters across the country and that would help in the overthrow of the Empire and the rise of the United States of Brazil.*

***Keywords:** Republicans. United States. Representations.*

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E REFERÊNCIAS ANGLO-AMERICANAS NO PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA DO PERÍODO DE 1951 A 1971

doi: 10.47930/1980-685X.2020.0904

RAMOS, Naiara¹ – naia.ramos@yahoo.com.br
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Campus II
Av. Amazonas, 5253 – Nova Suíça
CEP 30421-169 – Belo Horizonte – MG – Brasil

PEDROSA, José Geraldo² – jgpedrosa@uol.com.br

***Resumo:** Este artigo é subproduto de uma pesquisa em andamento vinculada ao PPGET do CEFET-MG que apresenta como objeto de estudo as elaborações de Anísio Teixeira sobre educação profissional e as influências anglo-americanas em seus escritos no período compreendido entre 1951 a 1971. O trabalho apresenta a trajetória profissional de Anísio Teixeira, evidenciando suas principais atuações no âmbito político educacional no país conforme o período citado. No tópico posterior relaciona suas obras escritas, bem com os assuntos aos quais se debruçou durante o período. Por fim as considerações finais apresentam uma síntese parcial sobre o pensamento de Anísio Teixeira relacionado a educação profissional e as referências anglo-americanas.*

***Palavras-chave:** Educação profissional. Anísio Teixeira. Anglo-americanas.*

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo é subproduto de uma pesquisa em andamento vinculada ao Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG. A pesquisa tem ancoragem em dois outros estudos já realizados no PPGET do CEFET-MG sobre a obra escrita de Anísio Teixeira, tendo em vista o mapeamento das elaborações sobre educação e trabalho e das apropriações da anglo-americanidade no pensamento educacional desse destacado intelectual da educação brasileira. O primeiro estudo foi realizado por Silva (2016) e focalizou escritos do período que vai de 1925 a 1927, quando Teixeira torna-se inspetor da instrução pública na Bahia e viaja à Europa

¹ Graduação em Pedagogia (UEMG); mestranda em Educação Tecnológica (CEFET-MG).

² Graduação em Ciências Sociais (INESP); doutorado em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP).

(1925) e aos Estados Unidos da América (1927), em busca de motivações e inspirações educacionais. O segundo estudo foi realizado por Santos (2018) e focalizou os escritos de Teixeira do período de 1929 a 1951. Nesse período Teixeira retornou ao Brasil após segunda temporada nos EUA quando cursou mestrado na Universidade da Columbia com John Dewey. Na volta ao Brasil Teixeira passou pela Bahia, mas já em 1931 assumiu a Secretaria da Educação no Distrito Federal com a missão de implementar reformas que servissem de referência para o país. Teixeira ficou no Distrito Federal até 1935, quando pediu demissão em decorrência de conflitos com as escolas privadas religiosas e com os setores conservadores da educação que o acusavam de conluio com os comunistas. Após sua demissão Teixeira retornou para a Bahia para, segundo ele próprio, um período sabático. Esse segundo período (1929-1951), estudado por Santos (2018), é encerrado quando Teixeira aos 51 anos de idade, assume o comando do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação (INEP), acumulando o cargo de Secretário Geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atuando nessas instituições até 1964.

Na sequência desses dois estudos a proposta deste trabalho é tomar como fonte de pesquisa os escritos de Anísio Teixeira do período de 1951 a 1971, buscando verificar duas coisas principais: as elaborações referentes à educação para o trabalho ou à educação profissional e a circulação de ideias e apropriações da anglo-americanidade.

Ao comparar os escritos de Teixeira sobre as viagens por ele realizadas à Europa e EUA, SILVA (2016) concluiu que a última viagem foi um divisor de águas na vida do jovem intelectual baiano. Teixeira ficou entusiasmado com a educação, com as escolas e com a filosofia pragmática de John Dewey. Conforme relata SILVA (2016), Anísio Teixeira ficara “vivamente impressionado” ao ver as oficinas dentro das escolas. Isso tanto o animou que alguns anos depois foi pioneiro ao criar as escolas técnicas secundárias no Brasil, em 1932.

Já em 2018, SANTOS, concluiu dissertação com o título “Escritos de Anísio Teixeira do período de 1929 a 1951: leituras da americanidade a partir das viagens à Europa (1925) e Estados Unidos da América (1927 E 1929)”. O objetivo foi verificar as possíveis apropriações anglo-americanas nos escritos de Teixeira do referido período.

Ao analisar os escritos após a experiência anglo-americana SANTOS (2018) conclui que Anísio Teixeira teve seu pensamento totalmente renovado: antes uma pessoa com admiração pela aristocracia e monarquia, agora um republicano democrata.

Tamanha é a mudança do pensamento de Teixeira, que em 1925 declarou em seus escritos ser contrário a ideia de uma escola única, projeto de Carneiro Leão, um dos importantes intelectuais da educação à época. Na década seguinte, em atuação na capital federal, Anísio Teixeira defendeu a escola única, gratuita, pública e laica para todos, sendo contra o modelo dualista que existia no Brasil, no qual fortalecia o distanciamento de classes sociais. SANTOS (2018) afirma que essa brusca mudança em seu pensamento tem forte influência das viagens e experiências vivenciadas nos EUA.

As duas dissertações mostraram como são significativas as apropriações anglo-americanas no pensamento de Anísio Teixeira. SILVA (2016) ao comparar os escritos de viagens de Teixeira identificou a inclinação para a educação do jovem educador baiano, após a primeira viagem aos EUA, ao se entusiasmar com as teorias e práticas que lá conheceu. Este entusiasmo continuou com Teixeira ao ponto de voltar ao país da América do Norte para estudar, e pouco tempo depois fazer circular no Brasil suas apropriações feitas nos EUA, no movimento escola nova, por meio de seus escritos e suas ações nos importantes cargos que ocupou até 1935, conforme apresentou Santos (2018).

2 PERCURSO PROFISSIONAL E POLÍTICO

Anísio Teixeira se constituiu educador no percurso de seu trabalho, ao longo de sua vida por meio de muitos estudos, cursos, viagens e experiências. Bacharel em Direito e nascido em uma família com influências políticas, foi convidado a ocupar um cargo público na área educacional na Bahia, situação que o colocou diante de um grande desafio. Esse talvez tenha sido um importante marco para sua vida profissional, pois a partir dessa experiência inicia-se sua trajetória como intelectual, educador e gestor da educação.

Anísio Teixeira foi um intelectual muito atuante no Movimento Escola Nova³. Iniciou sua carreira na Bahia em 1924 e atuou também no Distrito Federal no período 1931-1935 e na década de 1960. Entre idas e vindas, regressou à Bahia, no governo de Otávio Mangabeira, pelo qual foi convidado a assumir a Secretaria de Educação e Saúde, de 1947 a 1951. É nesse período que Anísio Teixeira inaugurou em 1950, a Escola-Parque, localizada em um bairro pobre de Salvador. A Escola-Parque é uma escola de educação integral, na qual o aluno seria preparado para a vida, para a cidadania e para o trabalho. Esse projeto legitimou o intelectual

³ Movimento que aconteceu na Europa, EUA e no Brasil que tinha como causa a renovação da educação, modernização dos métodos de ensino e da escola.

baiano como uma referência nacional e internacional, ao atrair muita gente para visitar e conhecer a proposta da escola e com ele trocar ideias.

Antes de assumir a Secretaria de Educação e Saúde pela segunda vez na Bahia, Anísio Teixeira atuou na função de conselheiro da educação superior da UNESCO, de 1946 a 1947. Recebeu o convite no período em que estava afastado das atividades políticas, mas deixou este cargo para retornar à vida pública no Brasil, especificamente na Bahia.

Durante a década de 1950 Anísio Teixeira muito trabalhou pela educação. À frente do INEP Anísio Teixeira criou no Rio de Janeiro, em 1952, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e desse órgão originaram-se outros centros de pesquisas regionais em algumas capitais brasileiras, com o objetivo de fomentar a pesquisa na área educacional, que era uma carência do país neste período.

A promoção de pesquisas na área das humanidades no Brasil foi também motivada pela atuação de Anísio Teixeira à frente do INEP e da CAPES. A ideia de Teixeira, que defendia um ensino público, laico e de boa qualidade para todos, seria a possibilidade de transformação social por meio da escola. Essa ideia era inovadora para a mentalidade das elites brasileiras, o que lhe trouxe como consequências algumas reações e perseguições.

De 1928 a 1971, lutou, trabalhou, pregou, realizou para resolver problemas da nossa educação. Atuou em todos os níveis. Nunca lhe deixaram o caminho livre. Cívicos, militares e religiosos identificaram-se na tarefa inglória de impedir a sua ação inovadora. Pregaram-lhe nas costas etiquetas mais mentirosas (...) COMUNISTA, SUBVERSIVO, TEÓRICO, AMERICANÓFILO, ESTRANGEIRADO. (COUTINHO, apud Teixeira, p. 16, 2007). (destaques do autor)

A história parecia se repetir na vida do intelectual baiano, no que se refere às perseguições políticas. Se em 1935 Anísio Teixeira deixara o cargo de secretário de educação do Distrito Federal, em 1958 resistiu às pressões e continuou no INEP. Segundo Cassim (1994) neste período havia um grupo de religiosos católicos que fomentaram uma campanha contra Teixeira, acusando-o de marxista e defensor do monopólio estatal da educação. Esse movimento ficou conhecido como Memorial dos Bispos, no qual a igreja católica pressionou o Ministro da Educação, à época Clóvis Salgado, a demitir Teixeira do INEP. Uma das estratégias de defesa de Anísio Teixeira foi a publicação de textos na imprensa para explicar seu posicionamento político, que nada tinha a ver com as acusações. Dessa forma, o experiente Teixeira ganhou apoio de pessoas importantes das mais variadas representatividades sociais brasileira e inclusive de autoridades religiosas da Bahia. O livro

“Educação não é privilégio” é uma resposta a essa perseguição. O livro trata do dualismo da educação no Brasil, ou seja, ensino elementar para todos e secundário e superior apenas para as elites.

Também foi neste período que Anísio Teixeira participou da criação e inauguração da Universidade de Brasília - UnB, em parceria com Darcy Ribeiro e com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde atuou como reitor no período de 1963 à março/1964, sucedendo Darcy Ribeiro, que comandou a reitoria de 1961 a 1962. Embora com algumas resistências, a proposta de criação da UnB foi transformada em lei durante o governo de João Goulart, em 1961. O modelo de gestão da UnB mostrava independência e autonomia e oferecia cursos de graduação e pós-graduação. A proposta de criar um grupo de pesquisadores capazes de identificar problemas e propor soluções no âmbito das ciências humanas era considerada ousada e inovadora à época.

Com o golpe civil-militar que depôs João Goulart da presidência da república em 1964, Anísio Teixeira foi afastado do cargo de reitor da UnB e se sentiu desconfortável em continuar no país. Diante deste fato, o intelectual retornou aos EUA, onde lecionou em algumas universidades como “professor visitante”: Columbia University em 1964, New York University em 1965 e University of California em 1966. “Respondeu à violência com o seu trabalho, o trabalho possível, como professor visitante em universidades estrangeiras (..)” (NUNES, 2000, p. 12).

Em 1966 foi publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos um discurso que Anísio Teixeira fez, ao participar de uma conferência nos EUA. Neste texto Anísio Teixeira faz uma reflexão sobre uma possível parceria e cooperação entre EUA e os países da América Latina, com a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento destas nações a partir da experiência social e escolar anglo-americana.

Transformar o trabalho da educação em uma espécie de engenharia social não é fácil, mas para isto é que se encaminha a nova tecnologia do ensino, com as teaching-machines, os programming-teaching, o teamteaching e todo esse mundo dos últimos avanços tecnológicos. É, sem dúvida, possível uma nova oportunidade de cooperação entre os Estados Unidos e as vizinhas nações latino-americanas no campo da educação. (TEIXEIRA, 1966).

Outra pauta de Anísio Teixeira nesse período (1951 a 1971) foi a formação dos professores. A propósito, a formação de professores foi uma pauta constante durante toda a atuação educacional de Anísio Teixeira. Ainda nesse mesmo período Anísio Teixeira escreveu outro

texto, com a temática *formação docente*⁴. Neste texto, ele volta a criticar a dualidade do ensino no Brasil, reflexo da divisão social do trabalho: ensino primário e profissionalizante para os trabalhadores e o ensino secundário e superior para as elites. Teixeira salientava a necessidade de atenção à formação dos professores que atuavam no ensino primário e profissional público, após a significativa expansão do ensino primário no Brasil, emergindo agora outra situação. “Nesta situação, sobretudo confusa, o problema da formação do magistério faz-se o problema máximo da educação brasileira.” (TEIXEIRA, 1966)

No período após 1951 Teixeira se manteve bastante ocupado e envolvido em diversos projetos públicos, além das funções já relacionadas. Foi membro do Conselho Federal de Educação e consultor da Companhia Editora Nacional, onde já havia atuado como tradutor de livros.

Um dos últimos trabalhos de Anísio Teixeira iniciou-se em 1966, quando retornou ao Brasil e assumiu função de consultor na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Nessa circunstância ele reencontra com Joaquim Faria Góes Filho e juntos trabalham nos cursos de pós-graduação visando ao desenvolvimento das ciências humanas. No último texto escrito por Teixeira, entregue à FGV em 1971, o tema abordado foi cultura e tecnologia, um ensaio sobre um assunto que estava em voga no pós-guerra.

Em 1969, a Junta Militar escolheu o novo presidente do Brasil: o general Emílio Garrastazu Médici. Seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período que ficou conhecido como “anos de chumbo”. A repressão à luta armada cresce e uma severa política de censura é colocada em execução. Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censuradas. Muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores são investigados, presos, torturados ou exilados. Foi neste período que Anísio Teixeira foi encontrado morto em 1971, no fosso de um elevador, e a ocorrência de sua morte era um fato que não foi esclarecido pelas autoridades dessa época. A Comissão da Verdade⁵ concluiu em 2016 tratar-se de um assassinato político e não um acidente.

⁴ Texto “O problema de formação do magistério”, escrito por Anísio Teixeira e publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em Brasília*, v.46, n.104, out./dez. 1966. p.278-287.

⁵ Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

3 PRODUÇÃO INTELECTUAL DE ANÍSIO TEIXEIRA ENTRE 1951 A 1971

O período de 1951 a 1971 foi marcado por significativa atuação de Anísio Teixeira em âmbito federal. Nessa época foram publicados diversos textos de sua autoria, em variados veículos de comunicação, principalmente na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos⁶. Dentre estes vários artigos que fazem análises e reflexões sobre diversos aspectos da educação no Brasil estão algumas entrevistas concedidas à imprensa, discursos proferidos em conferências, congressos e solenidades, folhetos e alguns boletins informativos.

Os livros que foram publicados neste período são, em boa parte, coletâneas de textos e discursos de Anísio ao longo de sua carreira pública. Nas notas explicativas o autor tinha o cuidado de informar ao leitor que o livro não constituía um estudo acadêmico, mas um conjunto de assuntos importantes que foram debatidos no âmbito da educação brasileira. Serão destacados na presente pesquisa os seguintes textos: *Educação não é privilégio (livro)*, *Educação é um direito (livro)*, *A educação e a crise brasileira (livro)*, *Educação e o mundo moderno (livro)*, *Educação e universidade (livro)*, *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969 (livro)*, *Diálogo sobre a lógica do conhecimento (livro)* e *Educação no Brasil (livro)*. “Em cada um, reunia conferências, trechos de relatórios e artigos, tematizando seu fértil trabalho intelectual, antes disperso em revistas e boletins”. (CASSIM apud TEIXEIRA, p. 17, 2007)

O livro *Educação não é privilégio*, publicado em 1957, é fruto dos discursos em dois eventos importantes dos quais Anísio Teixeira participou. Um desses eventos é a Conferência “Educação não é privilégio”, do ano de 1953, cujo público participante era de profissionais da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), pertencente à Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Outro evento é o “I Congresso Estadual de Educação”, realizado em Ribeirão Preto, em 1956, do qual participaram profissionais da educação básica e outros, inclusive da educação profissional. De acordo com Cassim (1994) essa obra foi polemizada antes mesmo de ser publicada, em função do conteúdo do discurso de Anísio Teixeira proferido na conferência de 1953, que lhe rendeu um forte entrave político, ao abordar o assunto “dualismo do ensino brasileiro” e provocar a elite religiosa.

Em *Educação e a crise brasileira*, de 1956, Teixeira chamou atenção para o crescimento industrial e econômico do país, bem como a urbanização, e faz uma crítica à escola pública

⁶ RBPE foi a primeira revista com relevância nacional para publicação de artigos científicos que tratava de diversos assuntos relacionados a ciências sociais e humanas.

que não acompanhou esse crescimento e continuava com os velhos problemas: a precariedade, a deficiência na formação de professores e difícil acesso e permanência dos mais pobres, a multiplicação das unidades escolares de forma desordenada e má qualidade do ensino público. Nesse cenário apontava o crescimento e fortalecimento da rede privada de escolas, com foco no diploma e não na boa qualidade do ensino. Anísio Teixeira faz uma abordagem da educação básica nos níveis e modalidades primária, secundária e profissional, e também do ensino superior. Nesta obra ele demonstra otimismo e esperança com o avanço da educação com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB/61 e o desenvolvimento das ciências humanas, que poderiam colaborar para resolver muitos dos problemas educacionais apontados.

Em 1969, Anísio publicou *Educação no Brasil*, uma releitura do livro “Educação e a crise brasileira” (1956) com a inclusão de novos capítulos, para tratar do debate anterior e posterior à publicação da LDB/61. Mostra como o Brasil é atrasado e como não conseguia instituir um sistema de educação popular consistente.

O livro é uma tentativa de responder ao desafio da crise, elucidando a sua complexidade e acentuando a necessidade de se continuarem os estudos a fim de descobrir os melhores caminhos para progressivos e contínuo encaminhamento de possíveis soluções. (TEIXEIRA, s/p, 1969)

Ainda focalizando o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, Teixeira escreveu *Educação é um direito*, publicado em 1968. De acordo com o autor a LDB/61 contribuiu para a publicação desta obra, que apresenta uma ideia de planejamento da educação pública para ser aplicada aos estados brasileiros, o que requeria um Estado democrático. Nessa abordagem, a Bahia, terra sua natal, seria o estado modelo desta política, que Anísio Teixeira chamou de inovadora.

Anísio Teixeira foi um estudioso da educação brasileira e acreditava que o meio para alcançar melhores resultados seria o investimento em pesquisas e estudos, além do diálogo acadêmico com as ciências humanas. Para isso e por isso militou tanto para a estruturação do ensino superior no Brasil. Foi o fundador da Universidade do Distrito Federal (1935) e co-fundador da UnB (1961), atuando no INEP e na CAPES, quando criou o CBPE para fomento às pesquisas no Brasil. Nesse período também foram escritos dois livros de sua autoria que fazem importantes análises sobre o ensino superior: “Educação e universidade” e “Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969”.

A obra *Educação e universidade*, publicada em 1998, reúne escritos de Anísio Teixeira do período de 1967 a 1969. Trata-se de uma análise sobre a função da universidade pública e da necessidade de uma reforma universitária. Destaca também que a escola superior tem por objetivo, além de formar professores, produzir pesquisas a partir de experiências práticas da docência.

A universidade no Brasil surge tardia e muito restrita às elites. Surge inspirada em modelos europeus.

A presença norte-americana só vai se tornar significativa na vida acadêmica brasileira mais tarde, nos anos 60, quando os campos da sociologia, da antropologia e da ciência política passam a ter conexão com autores e correntes provenientes da produção norte-americana (OLIVEIRA, 2000, p.21).

O livro *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*, publicado em 1989, 17 anos pós a morte de Anísio Teixeira, foi organizado pela Fundação Getúlio Vargas em 12 capítulos e prefaciado por Luiz Vianna Filho, amigo da família de Teixeira. A obra apresenta uma análise da evolução histórica do ensino superior no Brasil desde a colônia até a república e trata principalmente de duas leis: decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966 e decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Expõe uma proposta para a organização de um sistema de ensino superior no Brasil, mas sinaliza que é preciso superar a resistência nacional.

A divisão se faria entre três níveis do ensino superior: o primeiro nível seria do ensino superior geral e básico, propedêutico, ou de carreiras curtas, com dois ou três, e mesmo quatro anos de curso; o segundo, o dos cursos profissionais ou acadêmicos longos, com três ou quatro anos de estudos; e o terceiro, com os estudos pós-graduados de dois e mais anos. As escolas e institutos seriam especificamente desses três níveis, com administração e professorados distintos, embora algum professor pudesse, em certos casos, ensinar em mais de um nível. Além disso, cada curso teria um currículo baseado em disciplinas principais e complementares, maiores e menores, que marcasse o caráter da especialização visada (TEIXEIRA, 1989, p. 273).

A obra *Educação e o mundo moderno* também foi publicada em 1969 e reúne os escritos de 1953 a 1964. Nesses escritos Teixeira, inspirado na filosofia de Dewey, aborda o mundo e a complexa sociedade moderna, refletindo sobre o grande desafio da educação neste contexto social. “Mas aí de nós, que nossa civilização se fez, tão complexa, difícil, contraditória e vertiginosamente dinâmica, que compreendê-la e ensiná-la se vem constituindo tremenda tarefa” (TEIXEIRA, 1969, p. 202). Anísio Teixeira aposta na ciência como um caminho para compreensão dos problemas sociais do mundo moderno que impactam diretamente na escola:

“[...] via única de explicação e interpretação dos inúmeros problemas surpreendentes que a própria ciência vem criando” (TEIXEIRA, 1969, p. 202).

As questões dessa pesquisa que tem como sujeito o intelectual Anísio Teixeira e como objeto os escritos do período de 1951 a 1971 focalizam três pontos: (1) as elaborações sobre educação e trabalho, (2) as abordagens sobre educação profissional e seu lugar no sistema nacional de educação e (3) a presença das ideias de origem anglo-americana na composição do pensamento do autor.

Este trabalho, como já mencionado, tem ancoragem em duas pesquisas já realizadas no Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG, que abordaram os escritos de Anísio Teixeira dos períodos de 1925-1927 e de 1929-1951. A proposta deste trabalho é pesquisar os escritos de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971, para possíveis contribuições e compreensões sobre o pensamento e obra de Teixeira sobre trabalho e educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste artigo são parciais, pois trata-se de uma pesquisa que está em andamento, no qual será feito um estudo mais detalhado dos escritos de Anísio Teixeira do referido período. Entretanto com base no que já foi estudado é possível pensar que no período de 1951 a 1971, conforme os assuntos que tratou e as referências que utilizou, Anísio Teixeira continua tendo como referência os EUA, sendo influenciado seu pensamento pelo pragmatismo de Dewey.

A defesa de uma educação que visa a formação do indivíduo para a vida, e a formação para o trabalho ocupa um papel de destaque neste processo, era uma pauta constante do discurso deste importante intelectual. Anísio Teixeira pensava uma integração do momento histórico de desenvolvimento industrial e do capital no Brasil ao progresso da educação, pregando a necessidade de modernização e a instituição de um sistema de ensino consistente como algo fundamental e prioritário que devesse caminhar junto ao desenvolvimento econômico e o progresso do país.

Para o ensino secundário, Anísio Teixeira ao vincular educação e trabalho vai muito além da formação da força de trabalho, está principalmente relacionando o princípio pragmático de uma pedagogia que articule o ensino das ciências e das técnicas em experiências práticas na

escola, passando pela arte, valorizando a cultura, com um currículo integrado que propicie a formação integral do sujeito, resultando assim em um ensino de qualidade para todos.

Nesse sentido pensar a educação profissional integrada à educação básica era uma estratégia inteligente que traria resultados expressivos: ao educando que deveria ter uma formação que abrisse frentes de possibilidades em sua vida pessoal e profissional; às empresas que careciam de trabalhadores qualificados para o seu funcionamento e desenvolvimento; ao país ao elevar o nível de sua força de trabalho possibilitaria atrair mais investimentos; à sociedade brasileira sendo mais instruída e qualificada teria indivíduos com mais conhecimento e autonomia, e com maiores capacidades para participar da democracia na república. Enfim, investir na educação de um modo geral, conforme propôs Anísio Teixeira, significava também investir no próprio progresso democrático, econômico e social do Brasil, que na década de 1950 estava vivendo um período de significativo desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Darlene Olinda Costa de. *Educação escolar e americanismo em escritos de 1927 e 1934 de Anísio Teixeira*. Belo Horizonte: Cefet, 2014. 101 p. (Dissertação) Mestrado em Educação Tecnológica – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2014.
- NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.
- NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.
- PEDROSA, José Geraldo; SILVA, Reislá Suelen de Oliveira. *Representações do jovem Anísio Teixeira sobre a Europa e suas escolas (1925)*. Cadernos De História Da Educação, 18(2), 526-547. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50307/26763>. Acesso em 16 nov. 2019.
- SANTOS, Sandra Lúcia. *Escritos de Anísio Teixeira do período de 1929 a 1951: leituras da Americanidade a partir das viagens à Europa (1925) e Estados Unidos da América (1927 e 1929)*. Belo Horizonte: Cefet, 2018. 161p. (Dissertação) Mestrado em Educação Tecnológica – Programa de Pós Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

SILVA, Reislá Suelen de Oliveira. *Representações sobre Europa e América e suas Escolas: comparação entre os escritos de viagens do jovem Anísio Teixeira (1925–1927)*. Belo Horizonte: Cefet, 2016. 140p. (Dissertação) Mestrado em Educação Tecnológica – Programa de Pós Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação como experiência democrática para cooperação internacional*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.45, n.102, abr./jun. 1966. p. 257-272.

TEIXEIRA, Anísio. *O problema de formação do magistério*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.46, n.104, out./dez. 1966. p. 278-287.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1969.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009, (Col. Anísio Teixeira; v. 7).

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007, (Col. Anísio Teixeira; v. 6).

TEIXEIRA, Anísio. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005, (Col. Anísio Teixeira; v. 5).

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005, (Col. Anísio Teixeira; v. 10).

TEIXEIRA, Anísio; SILVA, Maurício Rocha e. *Diálogo sobre a lógica do conhecimento*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007, (Col. Anísio Teixeira; v. 11).

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e universidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010, (Col. Anísio Teixeira; v. 12).

***Abstract:** This article is a by product of on going research linked to CEFET-MG's PPGET that presents as an object of study Anísio Teixeira's elaborations on vocational education and Anglo-American influences in his writings from 1951 to 1971. The paper presents the professional trajectory of Anísio Teixeira, highlighting his main performances in the educational political scope in the country according to the period mentioned. In the later topic he relates his written works, as well as the subjects he addressed during the period. Finally, the final considerations present a partial synthesis about Anísio Teixeira's thought related to professional education and the Anglo-American references.*

***Keywords:** Professional Education. Anísio Teixeira. Anglo-Americans.*
